



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

MARTA TAETS GOMES

Patrimônios de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo do São Bento





Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Marta Taets Gomes

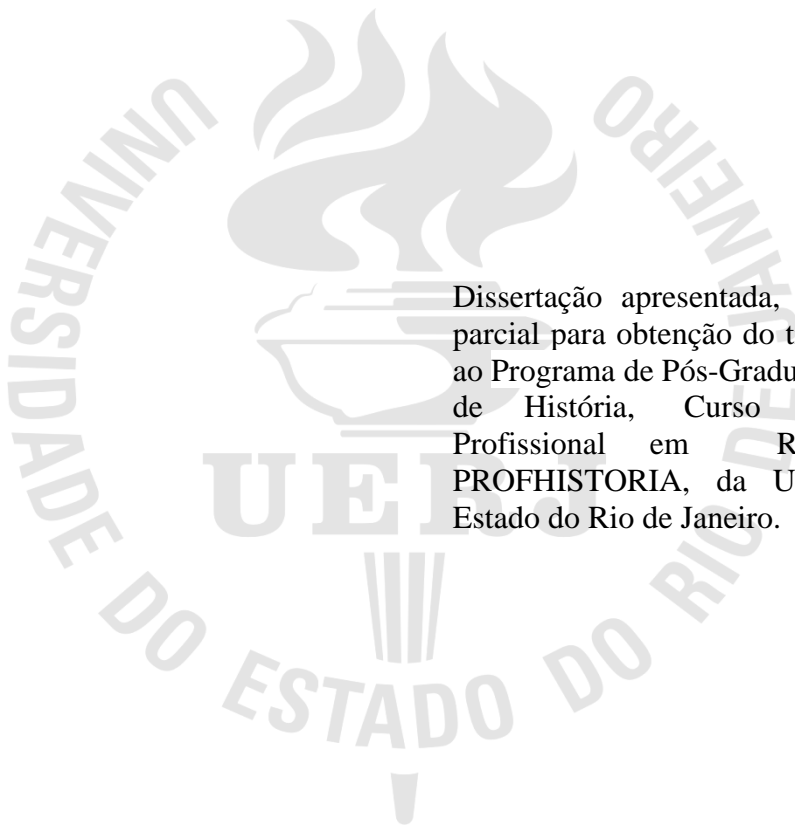
**Patrimônios de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo do São
Bento**

São Gonçalo

2016

Marta Taets Gomes

Patrimônios de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo do São Bento



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Aparecida da Silva Cabral

São Gonçalo

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

G633 Gomes, Marta Taets.
Patrimônios de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo do São Bento / Marta Taets Gomes. – 2016.
97f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Aparecida da Silva Cabral.
Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA)
– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Museus e escolas – Teses. 2. História – Estudo e ensino – Teses. I. Cabral, Maria Aparecida da Silva. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 069

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marta Taets Gomes

Patrimônios de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo do São Bento

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 16 de dezembro de 2016

Banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Maria Aparecida da Silva Cabral (orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Everardo Paiva de Andrade
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2016

DEDICATÓRIA

Dedico a minha mãe Rachel (*in memorian*), que sempre foi uma inspiração para mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por ter permitido que eu chegasse até aqui, sustentando-me em todos os momentos, mesmo quando eu achava que não ia conseguir.

Aos meus familiares: pai, irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas pelo apoio e incentivo em todo o tempo.

Aos amigos e amigas, que compreenderam minhas ausências e sempre torceram pelo meu sucesso.

À Marta Robalinho, pela amizade construída ao longo da caminhada e, principalmente, pela mão amiga estendida todas as vezes em que precisei.

A todos os professores do Profhistória com os quais tive o privilégio de conviver e aprender muito durante o mestrado e que sempre foram muito generosos comigo.

Um agradecimento especial à minha Orientadora, Prof^ª Cida Cabral, pelo carinho, paciência, incentivo e sugestões que muito contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Aos diretores do Museu Vivo do São Bento, por terem disponibilizado tudo o que foi necessário para a realização da pesquisa no museu. Em especial, ao Prof. Antonio Augusto, pelas dicas que ajudaram a definir o produto, e à Prof^ª Marlucia, que sempre me recebeu calorosamente, com total atenção, até mesmo abrindo gentilmente as portas de sua casa para que pudéssemos conversar sobre a pesquisa, por todo o auxílio dado, minha profunda gratidão.

À Prof^ª Carina Martins, pelas aulas de Educação Patrimonial e Ensino de História que inspiraram minha escolha por este tema, e por ter feito parte da banca de qualificação, contribuindo com suas ponderações para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos Professores Drs. Rui Aniceto Nascimento, Everardo Paiva e Helenice Rocha (suplente), por terem aceitado tão amavelmente compor minha banca examinadora.

Ao secretário do Profhistória, Silvano, pela amabilidade, competência e presteza em atender às minhas solicitações e às dos demais mestrandos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa oferecida aos professores da rede pública que viabilizou nossa participação e dedicação ao Profhistória.

RESUMO

GOMES, Marta Taets. *Patrimônios de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo do São Bento*. 2016. 97f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2016.

O presente trabalho resulta de uma pesquisa sobre o Museu Vivo do São Bento e busca evidenciar as articulações entre desafios historiográficos e interesses educacionais na origem do museu. Criado a partir de uma concepção museológica baseada nos princípios da Nova Museologia, que valoriza o território, o patrimônio e a comunidade, esse ecomuseu é considerado o primeiro museu de percurso da Baixada Fluminense e apresenta grande potencialidade para o trabalho com a educação patrimonial e o ensino de história, pois seus percursos são permeados por diferentes temporalidades e seus patrimônios permitem contar a história da ocupação humana do território desde antes da chegada de Cabral ao Brasil até as transformações sociais da Baixada Fluminense no século XXI. A singularidade do museu está no fato de ter sido instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/ RJ a partir da reivindicação dos Profissionais da Educação e dos militantes culturais caxienses preocupados com a preservação do patrimônio cultural do município e da Baixada Fluminense. Destaca-se, nesta pesquisa, a preocupação e o investimento do museu na formação continuada dos professores acerca da história local. Como produto decorrente da pesquisa, propõe-se uma atividade de formação continuada de professores, com proposta formativa e seus materiais no formato de oficina, voltada para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, tendo como foco um dos patrimônios mais visitados do percurso do museu: o sambaqui do São Bento.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação Patrimonial. História Local. Formação de Professores.

ABSTRACT

GOMES, Marta Taets. *Heritage of Duque de Caxias: history and memory in the Living Museum of São Bento*. 2016. 97f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2016.

The present work results from a research on the Living Museum of São Bento and seeks to highlight the articulations between historiographic challenges and educational interests in the origin of the museum. Created from a museological conception based on the principles of New Museology, which values the territory, heritage and community, this ecomuseum is considered the first course museum of the Baixada Fluminense and presents great potential for the work with heritage education and History teaching, since its courses are permeated by different temporalities and its heritage allow us to tell the history of the human occupation of the territory from before Cabral's arrival in Brazil to the social transformations of the Baixada Fluminense in the 21st century. The singularity of the museum lies in the fact that it was instituted within the Municipal Education Department of Duque de Caxias / RJ, based on the demand of Education Professionals and cultural activists from the Caxias region concerned with the preservation of the cultural heritage of the municipality and the Baixada Fluminense. In this research, the concern and investment of the museum in the ongoing formation of teachers about local history is highlighted. As a result of the research, it is proposed an ongoing teacher training activity, with a formative proposal and its materials in the workshop format, aimed at student from 6th to 9th of the elementary School, focusing on one of the most visited heritage sites in the Museum: the São Bento sambaqui.

Keywords: Teaching History. Heritage Education. Local History. Teacher training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Localização do Museu Vivo do São Bento - Duque de Caxias/ RJ	16
Figura 2 –	Sede administrativa do Museu Vivo do São Bento	30
Figura 3 –	Museu Vivo do São Bento	31
Figura 4 –	Museu Vivo do São Bento - Percurso Principal.	32
Figura 5 –	Casa do Administrador	34
Figura 6 –	Tulha	35
Figura 7 –	Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor	36
Figura 8 –	Casa de Vivenda da Fazenda Iguaçu de São Bento	37
Figura 9 –	Farmácia	38
Figura 10 –	Telégrafo	39
Figura 11 –	Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento	40
Figura 12 –	Esporte Clube do São Bento	41
Figura 13 –	Casa do Colono	42
Figura 14 –	Sambaqui	43
Figura 15 –	Cineclube	45
Figura 16 –	Formação continuada	46
Figura 17 –	Jovens Agentes do Patrimônio	47
Figura 18 –	Mulheres Artesãs	48
Figura 19 –	Quintais Culturais	49
Figura 20 –	Atividades realizadas nos Grupos de Estudos, em 2007	71
Figura 21 –	Atividades realizadas por alunos e professores da E.M. Carlota Machado sobre a história do bairro Centenário/DC.	74
Figura 22 –	Pintura nas mãos	80

Figura 23 –	Mulheres girafas	81
Figura 24 –	Escarificação	82
Figura 25 –	Pinturas corporais	83
Figura 26 –	Pinturas corporais	83
Figura 27 –	Escavações no sambaqui do São Bento	84
Figura 28 –	Material resgatado	85
Figura 29 –	Proteção dos esqueletos	85
Figura 30 –	Letra da música Kirimurê	86
Figura 31 –	Texto: Pintura Corporal: O Corpo Fala	87
Figura 32 –	Powerpoint	88
Figura 33 –	Powerpoint	88
Figura 34 –	Powerpoint	89
Figura 35 –	Powerpoint	89
Figura 36 –	Powerpoint	90
Figura 37 –	Powerpoint	90

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	O MUSEU VIVO DO SÃO BENTO EM DUQUE DE CAXIAS: HISTÓRIA, MEMÓRIA E USOS PEDAGÓGICOS DOS PATRIMÔNIOS LOCAIS	15
1.1	A criação do Museu	15
1.1.1	<u>A nova museologia e o ecomuseu</u>	18
1.2	O contexto de criação do museu	24
1.3	Um projeto pensado por educadores	27
1.4	Apresentando o Museu	29
1.4.1	<u>Seus percursos</u>	30
1.4.2	<u>As exposições permanentes e itinerantes</u>	44
1.4.3	<u>Programas e Projetos</u>	45
1.4.4	<u>Seus dispositivos de divulgação</u>	49
2	ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	51
2.1	O ensino de História na contemporaneidade: novos temas, objetos e problematizações	51
2.2	Lembrar e/ou Esquecer? Os usos sociais do patrimônio na construção de identidades locais	55
2.3	Os significados políticos da construção de um Museu em Duque de Caxias no Rio de Janeiro	63
3	DIÁLOGOS COM PROFESSORES DE HISTÓRIA DE DUQUE DE CAXIAS	66
3.1	As potencialidades da História Local em Projetos de Formação de Professores	66
3.2	O investimento do Museu Vivo do São Bento na realização de programas formativos aos professores da Baixada Fluminense.	70

3.3	A construção da oficina: “Diálogos com os Patrimônios de Caxias: as potencialidades do Museu Vivo do São Bento”	74
3.3.1	<u>As justificativas teórico-metodológicas</u>	76
3.3.2	<u>A oficina</u>	77
3.3.2.1	Visita guiada ao Sítio Escola Sambaqui São Bento	77
3.3.2.2	O tempo da Jacutinga	78
3.3.2.3	O corpo fala	78
3.3.2.4	Como o corpo fala no mundo atual	78
3.3.3	<u>A seleção dos materiais: usos pedagógicos</u>	79
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema o Museu Vivo do São Bento, um museu criado a partir de uma nova concepção museológica que valoriza o território, o patrimônio e a comunidade. Considerado o primeiro museu de percurso da Baixada Fluminense, seu território de 102 km² abrange diversos bairros do 2º distrito de Duque de Caxias/ RJ, na localidade conhecida como Grande São Bento, um lugar que guarda importantes patrimônios histórico-culturais da cidade, mas também convive com graves problemas sociais e ambientais.

Meu interesse em aprofundar os conhecimentos sobre o Museu Vivo do São Bento foi reacendido durante as aulas de Educação Patrimonial e Ensino de História, ministradas pela Prof^a. Carina Martins Costa, no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Sua empolgação ao falar sobre os museus e a educação patrimonial era contagiante e despertou em mim a vontade de conhecer mais de perto o trabalho realizado por esse museu, localizado em minha cidade, e do qual já tinha ouvido falar.

Essa vontade ficou ainda mais acentuada após minha ida, com a turma do mestrado, ao Museu da Maré/RJ. Depois de percorrermos as instalações daquele museu comunitário e apreciarmos as diversas temporalidades expressas nas exposições feitas com objetos doados pelos próprios moradores, contando as histórias que não estão nos livros, mas fazem parte das memórias daquele lugar, sentamo-nos sob a palafita instalada no museu para avaliarmos aquela experiência. Todos nós, estávamos de alguma forma, comovidos e impactados com o que vimos ali. Em vários momentos me vi diante de objetos e fotografias que suscitaram muitas memórias da minha infância, em Duque de Caxias, cidade periférica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Aquela foi, sem dúvida, uma aula marcante tanto para mim quanto para os meus colegas. Arrisco dizer que os mestrandos daquela turma que optaram por pesquisar museus foram influenciados nesse dia.

Embora já soubesse da existência do Museu Vivo do São Bento, ainda não tinha tido a oportunidade de conhecê-lo mais de perto. A primeira vez que ouvi falar dele, foi em um curso sobre a História do Município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, organizado pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias, no ano de 2007. No ano seguinte, em 2008, o museu foi institucionalizado através da Lei Municipal nº 2.224.

Outro fator que influenciou minha escolha por este museu foi sua singularidade. O Museu Vivo do São Bento foi instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, por

meio da luta dos professores e historiadores da cidade preocupados com a questão do patrimônio e da História local e contou com o apoio do Sindicato dos Profissionais da Educação - SEPE/Caxias, que incluiu o assunto na pauta de reivindicações na Data Base da categoria, no ano de 2004. Em 2005, foi criado o Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias (CRPH), primeiro passo para a criação do Museu Vivo do São Bento.

Pensar sobre o papel dos museus, sua finalidade e a serviço de quem eles estão foram algumas das questões discutidas neste trabalho. As leituras de autores como Santos (2006), Chagas (2006; 2009), Araújo (2012), Silva e Souza (2009) deram importante contribuição para a construção do meu objeto de pesquisa. Além destas questões, refletir sobre os meios que o Museu Vivo do São Bento tem utilizado para viabilizar o ensino da história local e a educação para o patrimônio também foram questões investigadas.

O Museu Vivo do São Bento e o CRPH, sua entidade mantenedora, têm investido na pesquisa sobre a cidade de Duque de Caxias e a Baixada Fluminense. Suas ações educativas voltadas, principalmente, para a educação patrimonial e para a formação continuada dos professores, com foco na História local, têm se mostrado um importante caminho para a preservação dos bens culturais, assim como para a valorização dos “lugares de memória” e de história da Baixada Fluminense e para o ensino de História.

Tive a oportunidade de participar da formação oferecida em 2007. Foi através de um *folder* afixado no mural da sala dos professores de uma das escolas em que trabalho, em Duque de Caxias, que tomei conhecimento do curso. Logo tive interesse em me inscrever porque, já havia algum tempo, sentia que precisava estudar mais sobre a História local para compreender melhor a realidade social e histórica em que eu e meus alunos estávamos inseridos. A participação no curso me deu a possibilidade de atualizar, ampliar e aprofundar meus conhecimentos sobre a história local. Mais do que isso, me fez ter um outro olhar sobre a cidade onde nasci, onde também moro e trabalho. Creio ser esta a maior contribuição do curso: modificar a perspectiva com que se enxerga a cidade e seus habitantes, trazendo à tona histórias desconhecidas do lugar, histórias de pessoas comuns e suas lutas, histórias de resistências, histórias que foram sendo construídas desde o tempo mais antigo até o tempo presente, ajudando na construção e no fortalecimento da identidade local.

Os percursos do Museu Vivo do São Bento são permeados por diferentes temporalidades e seus patrimônios ajudam a contar a história da ocupação humana do território desde antes da chegada de Cabral ao Brasil até as transformações sociais da Baixada Fluminense no século XXI.

A metodologia utilizada na pesquisa incluiu, além da leitura de autores que tratavam de assuntos caros a esta pesquisa como *memória, história, patrimônio e identidade*, idas ao museu para conhecer seus percursos e exposições permanentes e itinerantes; leitura dos relatórios anuais apresentados nas prestações de contas do CRPH; conversa com os diretores do museu, especialmente com a Prof^a. Marlucia Santos de Souza, que sempre me recebeu com muita generosidade, disponibilizando toda a documentação de interesse da pesquisa.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado *O Museu Vivo do São Bento em Duque de Caxias: história, memória e usos pedagógicos dos patrimônios locais*, traz um breve histórico informando em quais circunstâncias surgiu a iniciativa de criação do museu e que atores sociais estiveram envolvidos nessa disputa. A seguir, é apresentado o contexto em que se discutiu o papel social dos museus na contemporaneidade, destacando-se alguns eventos promovidos pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) que foram fundamentais para a consolidação da Nova Museologia. Este novo conceito deu origem a novas categorias de museus, entre elas o museu comunitário e o ecomuseu, no qual o Museu Vivo do São Bento está inserido. O capítulo apresenta ainda, o contexto de criação do Museu Vivo do São Bento apontando o protagonismo dos professores de Duque de Caxias e de seu sindicato na luta em defesa da educação, da história e dos patrimônios locais. Por fim, é feita uma apresentação do museu, de seus percursos, suas exposições permanentes e itinerantes, seus programas e projetos e seus dispositivos de divulgação.

O segundo capítulo, *Ensino de História, Memória e Patrimônio*, busca discutir o ensino de História na contemporaneidade, considerando os novos temas, objetos e problematizações. É neste capítulo que está a discussão mais teórica da pesquisa envolvendo os conceitos de história, memória, identidade e patrimônio. É a partir destes conceitos que o Museu Vivo do São Bento foi pensado e atua junto à comunidade. Os teóricos mobilizados nesta discussão foram Chagas (2009), Lowenthal (1998), Nora (1993), Meneses (1992) e Pollak (1992) para refletir sobre os limites entre história e memória. A discussão acerca do patrimônio se fez a partir de Gonçalves (2009) e Canclini (1994). É apresentado um breve histórico sobre a noção de patrimônio cultural como categoria-chave para as políticas públicas de preservação cultural. São apontadas também as mudanças provocadas pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, que ampliaram a noção de patrimônio cultural, incluindo, entre os bens culturais que podem ser tombados, além dos de natureza material os de natureza imaterial. O capítulo traz ainda uma breve reflexão sobre os significados políticos da construção de um museu em Duque de Caxias/RJ. Uma cidade que apesar de apresentar bons índices econômicos, tem uma população que pouco conhece sobre a sua história e a do

seu território, que possui poucos equipamentos urbanos e precisa de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos.

O terceiro e último capítulo, *Diálogos com professores de História de Duque de Caxias* busca analisar as potencialidades da História Local nos projetos de formação docente, tendo como referência o projeto de formação continuada desenvolvido pelo Museu Vivo do São Bento, que tem a luta pelo direito à pesquisa e ao patrimônio como foco principal. O debate historiográfico constante defendido pelo museu e pelo CRPH permite ao professor repensar sua prática docente e ampliar seu olhar, contribuindo para a melhor formação dos estudantes. O argumento defendido neste capítulo é o de que a História Local não pode ser compreendida isoladamente, é preciso que haja alteridade. Partindo deste pressuposto, e considerando as atividades de formação continuada dos professores realizadas pelo museu, é feita a proposição de uma oficina, que constitui-se como produto deste trabalho, utilizando-se um dos patrimônios que fazem parte do percurso do museu: o sambaqui do São Bento. Procura-se pensar que a História, seja ela local, regional, nacional ou internacional, deve ser lida em conexões e em dialógica com a historiografia.

1 O MUSEU VIVO DO SÃO BENTO EM DUQUE DE CAXIAS: HISTÓRIA, MEMÓRIA E USOS PEDAGÓGICOS DOS PATRIMÔNIOS LOCAIS

O objetivo do presente capítulo consiste na apresentação do Museu Vivo do São Bento, considerando sua importância para o município de Duque de Caxias e a Baixada Fluminense. Para compreendê-lo, focaliza-se o surgimento e os princípios da Nova Museologia, conceito a partir do qual o museu foi concebido. Em seguida, é apontado o contexto de criação do museu, destacando suas peculiaridades, bem como suas finalidades e objetivos, que estão relacionados aos patrimônios do território, à comunidade, à história local e seu potencial pedagógico. Refletimos sobre a participação dos professores no processo de criação do museu e apresentamos seus percursos e demais programas e projetos, e os meios de divulgação destas atividades.

1.1 A criação do Museu

O Museu Vivo do São Bento é um ecomuseu¹ criado em 2008, no interior da APA² do bairro São Bento, área que integra o 2º distrito do município de Duque de Caxias – RJ, e guarda diversos vestígios da ocupação humana ao longo do tempo. O mais antigo desses vestígios esteve seriamente ameaçado pela especulação imobiliária na localidade: trata-se do Sambaqui do São Bento³. Datado em torno de 4 mil anos, este sítio arqueológico assegura a presença da memória do homem sambaquiano nas cercanias da Guanabara⁴.

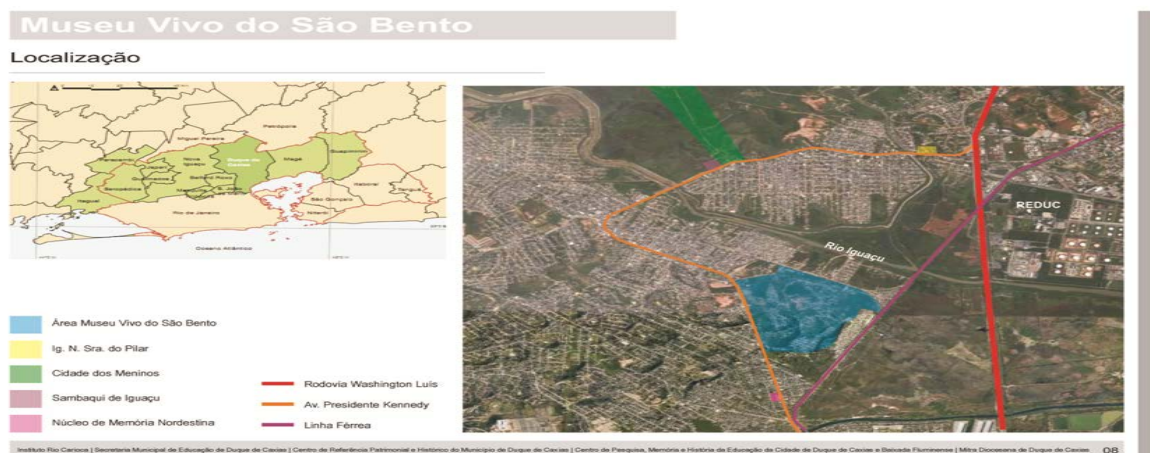
¹ Na definição de Hugues de Varine, “[o] Ecomuseu é uma instituição que administra, estuda, explora com fins científicos, educativos e, em geral, culturais, o patrimônio global de uma determinada comunidade, compreendendo a totalidade do ambiente natural e cultural dessa comunidade.” (VARINE, 2000, p. 62 apud POSSAMAI, 2010, p. 36).

² APA (Área de Proteção Ambiental)

³ Este sítio arqueológico foi encontrado em 2002 por uma estudante do curso de História da FEUDUC (Fundação Educacional de Duque de Caxias), Marcele Mandarino, estagiária do Museu Nacional. Após sua identificação, o Departamento de História e o Centro de Memória da FEUDUC iniciaram os trabalhos de visitação ao novo bem e este foi inserido no percurso de visita ao São Bento (SILVA; SOUZA, 2009, p. 151. Nota de rodapé).

⁴ Foram identificados e registrados no IPHAN a presença de cinco sítios arqueológicos que guardam vestígios dos povos das conchas no atual município de Duque de Caxias: Sambaqui do Meriti, da Marquesa de Santos, do Iguacu, de Xerém e do São Bento, sendo este o único escavado até o momento, como medida compensatória das obras do Arco Metropolitano. A escavação ocorreu em 2010. Fonte: CRPH/DC.

Figura 1 - Localização do Museu Vivo do São Bento - Duque de Caxias/ RJ



Fonte: CRPH/DC

O sambaqui⁵ estava assentado em uma propriedade fruto de posse⁶. Segundo Silva e Souza (2009, p. 152), em 2007, o morador que detinha a posse do terreno havia mais de quarenta anos, pretendia vendê-lo motivado pela revalorização fundiária observada na localidade em consequência do crescimento populacional, da melhoria do sistema de transporte coletivo e da pavimentação das ruas. A situação de retalhamento e venda das terras deixou alarmado um grupo de professores das redes públicas municipal e estadual de Duque de Caxias que esteve no local em visita ao sambaqui. O grupo sugeriu ao Centro de Referência Patrimonial e Histórico (CRPH), responsável por aquela visita, que fosse organizado um movimento em defesa daquele patrimônio.

Devido à campanha educativo-patrimonial empreendida pelo CRPH e pelo Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação (CEPEMHED), envolvendo diversos atores sociais na luta pela preservação desse sambaqui – entre eles, professores e estudantes do ensino superior e também da escola básica –, o local foi preservado através da compra simbólica do terreno (p. 152-153), sendo transformado posteriormente no Sítio Escola Sambaqui São Bento.

⁵ A palavra sambaqui é de origem tupi e significa “amontoado de conchas”. Os sambaquis ou concheiros são depósitos de cascas de ostras e conchas e restos de artefatos como ferramentas, armas, utensílios domésticos e até ossos humanos, deixados pelos paleoíndios e indígenas brasileiros. São encontrados, principalmente, em regiões litorâneas do Brasil. No Sambaqui do São Bento, um sambaqui de encosta com limites para o trabalho de escavação, foram encontrados dois esqueletos humanos, de um homem e de um menino, que permanecem preservados no local.

⁶ A área do São Bento, onde está localizado esse sítio arqueológico, pertence ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e vem sendo impactada por acirradas disputas pelas terras públicas (SILVA; SOUZA, p. 152).

Em entrevista publicada em 06 de agosto de 2012 em um *site* de notícias sobre a Baixada Fluminense, o historiador Nielson Bezerra, um dos diretores do Museu, lembra a campanha realizada para a compra do lote:

“Este terreno fazia parte de uma propriedade particular. O proprietário era muito solidário à nossa causa e nos permitia usar o espaço, mas ele precisou vender a área e daí tivemos que promover uma campanha na rede estadual e municipal de ensino, chamada ‘SOS Sambaqui’, para arrecadar dinheiro para a compra do lote.”⁷

A mobilização gerada a partir da campanha *S.O.S. Sambaqui do São Bento* foi fundamental para o reconhecimento da importância histórica dessa localidade, assim como para a defesa do seu patrimônio, e motivou a criação do Museu, que se tornaria o primeiro ecomuseu de percurso da Baixada Fluminense, por reunir em seu território locais de interesse cultural, histórico e ambiental. O Sambaqui do São Bento foi incorporado ao percurso principal do Museu Vivo do São Bento e tornou-se espaço de visitação obrigatória. Além do sambaqui, outros importantes patrimônios – materiais e imateriais – ligados à história local, regional e nacional integram os percursos desse território musealizado, conforme veremos mais adiante.

Sem dúvida, o maior legado dessa mobilização não foi a quantia arrecadada por meio de doações – cerca de 11 mil reais – que permitiu a aquisição simbólica do terreno ameaçado, mas o senso de coletividade que se construiu e que, além de evitar a destruição do sambaqui, fomentou na comunidade a solidariedade, a tomada de consciência do direito de conhecer e a socialização da função de preservação deste e de outros patrimônios existentes na localidade.

As lutas políticas em torno desta iniciativa revelam o engajamento e a grande preocupação existente entre historiadores e professores de Duque de Caxias com a valorização da história local e a preservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural da região, buscando garantir o direito à “memória silenciada”⁸, à história desconhecida e o resgate de identidade da população local.

As atividades desenvolvidas pelo museu, voltadas para a educação patrimonial, têm se mostrado um importante caminho para a preservação desses bens culturais e para a valorização dos “lugares de memória”⁹ e de história do município e da Baixada Fluminense.

⁷ Ver matéria completa em: <<http://baixadafacil.com.br/municipios/sambaqui-do-sao-bento-passara-por-obras-de-infraestrutura-2093.html>> Acesso: nov 2016.

⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n.10, dez. 1993.

São patrimônios que contribuem para a compreensão/formação/afirmação da identidade cultural local e regional porque estão imersos no cotidiano e em permanente diálogo com as comunidades.

1.1.1 A nova museologia e o ecomuseu

O Museu Vivo do São Bento foi concebido a partir do conceito da *nova museologia*, cujos princípios baseiam-se na luta pela defesa do patrimônio, na intervenção na realidade social, ambiental, econômica e cultural do território e no envolvimento da comunidade local nessas questões. Ele serve à comunidade onde está inserido como um “instrumento de desenvolvimento cultural” (LACOUTURE, 1985 *apud* ARAÚJO, 2012, p. 72)¹⁰.

O papel social dos museus na contemporaneidade tornou-se um importante tema de debate no campo da Museologia a partir da segunda metade do século XX. As transformações sociais, econômicas e políticas que sacudiram o mundo após a Segunda Guerra Mundial, especialmente na década de 60, contribuíram para uma série de mudanças que seriam almejadas nas décadas seguintes, onde se defenderia, entre outras coisas, a noção de educação popular, de desenvolvimento global e de democracia cultural. Essa crise contemporânea não deixou de fora a instituição Museu, que precisou passar por um movimento de renovação a fim de adequar-se às exigências do novo contexto social mundial que incluía a luta das classes populares por direitos.

A museologia tradicional, cujos paradigmas se assentavam no “modelo de museu tradicional, fechado em suas próprias coleções materiais, atendendo aos valores específicos das elites culturais” (BRULON, 2015), não se mostrava capaz de atender às novas demandas sociais, principalmente, porque uma grande parcela da população não se via representada nas exposições e acervos desses museus. Era necessário buscar uma outra possibilidade de se pensar o museu em função da comunidade onde estava inserido e não apenas dos objetos e coleções que guardava. Surge, assim, a necessidade de abrir e ampliar o conceito de museu tradicional.

¹⁰ Para aprofundar esse assunto ver: ARAÚJO, Helena Maria Marques. *Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades*.

Segundo Dominique Poulot (2013), o ICOM¹¹, *International Council of Museums*, na sigla anglófona, teve um importante papel nessas mudanças:

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o ICOM assumiu o papel de iniciador das novas exigências de utilidade social dos museus e do patrimônio, por meio essencialmente da realização de conferências gerais, mas também por meio da publicação de múltiplos documentos resultantes de seus diferentes comitês. (p.17)

Destacamos alguns dos eventos promovidos pelo Conselho Internacional de Museus que consideramos fundamentais para o surgimento e a consolidação da Nova Museologia. Um deles foi a IX Conferência do ICOM, realizada em Paris e Grénoble, em 1971, com o tema “O museu a serviço do homem, atualidade e futuro – O papel educativo e cultural”, que discutiu o conteúdo e a forma de cooperação internacional entre os museus e teve, como resultados principais, a revisão da definição de Museu e dos Estatutos; a afirmação da importância do meio ambiente na vocação dos museus e o entendimento da dimensão “política” no conceito de museu (SANTOS, 1997).

Outro evento importante foi a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), promovida pelo ICOM a pedido da Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), que também teve como objetivo discutir o papel dos museus na atualidade, porém, considerando, principalmente, os problemas socioeconômicos da América Latina¹². A Declaração de Santiago ou Carta de Santiago, documento que foi produzido a partir das discussões realizadas nesse encontro, traz como inovação a concepção de *museu integral*, isto é, um museu que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade em seus aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos. Nessa perspectiva, o museu passa a ser compreendido como

uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais. (Mesa Redonda de Santiago do Chile, ICOM, 1972)

¹¹ Criado em 1946, o ICOM é uma organização não-governamental internacional, sem fins lucrativos, que se dedica a elaborar políticas internacionais para os museus. Mantém relações formais com a UNESCO e é membro do Conselho Econômico da ONU.

¹² Tal encontro tem sido apontado pela maioria dos estudiosos como o ponto inicial de convergência das novas ideias a respeito da dimensão social dos museus.

Nessa nova perspectiva, o museu assume uma postura reflexiva junto à comunidade onde está inserido, reconhecendo suas contradições, seus problemas e imaginando possíveis soluções. A comunidade deixa a condição de sujeito passivo em relação ao museu e passa a ser protagonista de sua história ao definir, por exemplo, o que deve e o que é importante ser preservado, enquanto o museu se torna um instrumento comprometido com a transformação social, ao fortalecer a relação dessa comunidade com suas heranças culturais e promover o conhecimento e a valorização do patrimônio local em busca do desenvolvimento social.

Cabe ressaltar que as bases para essa nova concepção de museu podem ser encontradas já a partir da década de 60, quando Georges-Henri Rivière¹³ começou a formular pensamentos e ações, no que tange a relação “museu x território”, que serviram de inspiração para novas experiências de museus, como os museus ao ar livre ou museus a céu aberto, inseridos no âmbito da gestão dos parques regionais franceses, e viriam a contribuir para uma significativa mudança no campo da Museologia. Um exemplo é o Museu do Creusot¹⁴ (1974), na França, uma experiência precursora do que viria a ser conceituado por Hugues de Varine¹⁵ como ecomuseologia. Este museu foi

[u]m dos primeiros museus pensados com o objetivo explícito de romper com os entraves da museologia “restrita” e fragmentária, que vinha sendo colocada em prática nos museus tradicionais franceses, sendo criado em uma importante região industrial, completamente à margem de qualquer referência à dita “alta” cultura. (BRULON, 2015)

Outros casos “alternativos” de museus também estavam sendo experimentados em outros cantos do mundo, como o *Anacostia Neighborhood Museum*, um museu de vizinhança, nos Estados Unidos, e a *Casa del Museo*, um museu comunitário, no México. O novo conceito concebia o museu como um espaço que extrapola o modelo tradicional de uma instituição entre paredes e abrange o seu território em uma interação do patrimônio com a comunidade local.

A partir da conferência geral promovida pelo ICOM, no Canadá, é elaborada a Declaração de Quebec (1984), importante documento que reforça as definições da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) e marca o surgimento do movimento que viria a ser conhecido como Nova Museologia. No ano seguinte, em 1985, é criado o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) e novas categorias de pensamento são

¹³ Museólogo francês que desempenhou um papel importante no novo museu e no desenvolvimento de museus etnográficos do mundo no Conselho Internacional de Museus (ICOM), do qual foi o primeiro diretor de 1948 a 1965.

¹⁴ Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines, primeiro ecomuseu a ser reconhecido como tal, criado em 1974, em uma comuna da Borgonha, na França.

¹⁵ Foi diretor do ICOM de 1965 a 1974.

propostas, como a ecomuseologia e a sociomuseologia, uma prática museológica da contemporaneidade que, segundo o museólogo português Mário Moutinho (1993, p. 7), “(...) traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea”.

Como consequência, cresce significativamente o número de instituições museais em todo o mundo, assim como surgem novas tipologias de museus: ecomuseus, museus comunitários, museus de periferia, museus de rua, museus de território, museus de percurso, entre outros. Em 1992, a Declaração de Caracas reafirma o compromisso social dos museus, definindo-os como parceiros no desenvolvimento das comunidades e reforçando sua função sócio-educativa.

O Brasil também vê surgir, a partir dos anos 1980 e 1990, muitos desses “novos museus”. São instituições que se instalam em certas territorialidades, em geral, áreas periféricas que não costumam receber muitos investimentos do poder público e não possuem muitos equipamentos culturais, e são sustentados pelas próprias comunidades locais. Todos eles expressam essa nova concepção da instituição Museu, apoiada na Nova Museologia, que tem como um dos seus princípios norteadores a democracia cultural, isto é, o direito que cada comunidade tem de expressar sua cultura, de gozar dos benefícios do progresso científico e tecnológico e de defesa da diversidade cultural, entre outras coisas. Esse *boom* de novos museus surge a partir da década de 1980, num contexto brasileiro de maior democratização da luta social e política pelo acesso aos bens básicos do cidadão, inclusive as práticas culturais, como observa Helena Araújo (2012).

Interessa-nos, nesta pesquisa, pensar sobre o ecomuseu, pois é nesta categoria que o Museu Vivo do São Bento está classificado. Trata-se de um modelo contemporâneo de museu que tem em sua concepção o patrimônio como sendo o meio pelo qual se busca preservar a memória de um determinado grupo ou região, englobando tanto o seu patrimônio cultural como o patrimônio natural. O prefixo “eco” alude tanto ao entorno natural quanto ao entorno social, isto é, a ecologia humana. Um ecomuseu é, portanto, uma ação museológica consciente da comunidade, com o objetivo de desenvolver o território onde habita a partir da valorização da história local.

O primeiro ecomuseu do Brasil foi criado em 1987, em Itaipu, Paraná, com o objetivo de conservar a história da usina e da região brasileira em que foi construída a hidrelétrica binacional. Além disso, o Ecomuseu de Itaipu desenvolve atividades inovadoras de educação

ambiental junto à comunidade, visando à proteção do patrimônio natural¹⁶. No Rio de Janeiro, o primeiro museu deste tipo foi o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro. Criado em 1995, no extremo oeste da cidade do Rio de Janeiro, é um museu de território que engloba todo o bairro de Santa Cruz, onde está localizado. Sua missão primordial é a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural do bairro¹⁷. Podemos perceber nestes dois exemplos que, nos ecomuseus, a relação entre território-patrimônio-comunidade é indissociável e é esta relação que justifica a criação de um museu desta natureza no bairro São Bento, em Duque de Caxias.

Existem hoje mais de duas dezenas de museus deste tipo no Brasil, segundo a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC). No entanto, podemos inferir que este número seja maior, pois apesar de o Museu Vivo do São Bento ser reconhecido como um ecomuseu por diversas instituições ligadas aos museus, entre elas o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), ele não consta na lista apresentada no *site* oficial da instituição. Assim, também, outros ecomuseus e museus comunitários podem não figurar na lista por esta não estar atualizada¹⁸.

A respeito das novas experiências de museus no Brasil, Helena Araújo (2012) desenvolveu um relevante trabalho sobre um importante museu comunitário do Rio de Janeiro que, assim como o ecomuseu do São Bento, tem sua fundamentação nos princípios da Nova Museologia. A tese da autora é sobre o Museu da Maré, o primeiro museu de favela do Brasil; mais que isso, “o primeiro museu de favela criado pela população local, onde há de fato um protagonismo comunitário” (ARAÚJO, p. 217). Assim como no Museu da Maré, o protagonismo da comunidade local também faz parte das práticas do Museu Vivo do São Bento, mas com um diferencial quanto ao processo de criação do museu. Neste caso, o museu apresenta uma singularidade: ele resultou da mobilização de um grupo de professores preocupados com a questão do patrimônio em Duque de Caxias. A comunidade tomou consciência da importância de seus patrimônios e de sua história incentivada pelo movimento iniciado pelos professores que envolveu diversos atores sociais. A iniciativa dos educadores recebeu respaldo inicialmente do museólogo Mário Chagas¹⁹, que na época coordenava o Departamento de Museus do IPHAN.

¹⁶ Para saber mais: <<https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/ecomuseu>>

¹⁷ Ver mais em: <<http://www.ecomuseusantacruz.com.br/>> Acesso: Out 2016

¹⁸ A lista de Ecomuseus e Museus Comunitários está disponível em : <<http://www.abremc.com.br/ecomuseus.asp>> Acesso: Jun 2015.

¹⁹ Mário Chagas é professor de Memória Social da UNIRIO, um dos mais importantes intelectuais da Museologia Social na atualidade, tendo apoiado e incentivado as iniciativas de criação de museus inseridos na perspectiva da nova museologia.

Em sua tese, Helena Araújo (2012) faz uma comparação entre os elementos que definem o museu tradicional e o Novo Museu, no qual estão inseridos o museu comunitário e o ecomuseu. Para a autora, enquanto no museu tradicional valoriza-se o edifício, a coleção e o público, “no Novo Museu não há edifício e sim, região; não existe a coleção e valoriza-se o patrimônio regional; não se tem preocupação com o público, a comunidade regional é a protagonista” (p.73).

A autora também afirma que museus comunitários e ecomuseus “são um tipo de museu que representam a(s) cultura(s), a(s) história(s) e a(s) memória(s) de um ou mais grupos socialmente excluídos” (ARAÚJO, p. 77). É interessante notar que os novos museus são muitas vezes discriminados por algumas pessoas como sendo “museu dos pobres”. Mais um motivo para que se lute pela democracia cultural, pois a cultura é um importante catalisador no processo de obtenção da plenitude cultural, que inclui os aspectos econômico, social, educacional e político. Vale ainda ressaltar, que vários museus inseridos nessa perspectiva da nova museologia também possuem coleções, entretanto estes acervos se caracterizam por seu cunho popular e que, portanto, nem sempre são valorizados ou reconhecidos. No caso específico do Museu Vivo do São Bento, é possível identificar a coleção de moradores, de trabalhadores, de agremiações culturais e esportivas e até dos movimentos sociais.

Baseada na afirmação de Fernandez (1999), Helena Araújo (2012) lembra-nos que a Nova Museologia e o Ecomuseu não são sinônimos:

(...) a Nova Museologia é a manifestação de uma ideologia, de uma filosofia que distingue e norteia o trabalho de alguns museólogos, é um sistema de valores aberto e interativo que utiliza um novo modelo de trabalho museal. Já o ecomuseu é um tipo de museu cuja filosofia e princípios de atuação são norteados por essa ideologia e filosofia denominada Nova Museologia. O conceito de ecomuseu ultrapassa as fronteiras de um museu clássico de coletar objetos para que as comunidades aprendam sobre elas mesmas ou outros povos. Está baseado na memória coletiva das comunidades e engloba os lugares as cerimônias e as relações. (p. 73)

A Nova Museologia é, portanto, um novo jeito de se pensar o fazer museológico que abre inúmeras possibilidades para a prática museológica com o objetivo de buscar o desenvolvimento social de uma comunidade em seu território, valorizando suas memórias, sua história e seus patrimônios. O ecomuseu é esta ideologia posta em prática na relação território-comunidade-patrimônio tendo como base a memória coletiva.

1.2 O contexto de criação do museu

Normalmente os museus da região metropolitana do Rio de Janeiro estão subordinados a órgãos ligados ao Ministério da Cultura, no âmbito federal, e às Secretarias de Cultura, nos âmbitos estadual e municipal. Em Duque de Caxias, o Museu Vivo do São Bento foi criado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, uma peculiaridade que salta aos olhos. Como já dito anteriormente, este museu foi um dos resultados da luta dos profissionais da educação e dos historiadores comprometidos com a preservação dos patrimônios e com a história local²⁰. Esta conquista contou com o apoio do Sindicato dos Profissionais da Educação local, SEPE-Caxias, que sempre atuou em defesa da história e do patrimônio local, de investigar a história da educação na cidade e a educação com o patrimônio (VIANA, 2016, p. 167). A proposta de criação do museu e dos Centros de Memória (CRPH e CEPEMHed) fez parte da pauta da Data Base da categoria em 2004. A presença do movimento sindical e dos profissionais da educação pública na formulação e criação do museu representa uma singularidade inovadora.

Mesmo estando vinculadas à Secretaria Municipal de Educação (SME), essas instituições possuem autonomia política em relação ao poder executivo, o que lhes permite criar e implementar políticas públicas – de formação de professores e de revalorização de patrimônios, por exemplo – em seus projetos e ações (ibid., p. 184). Tanto a direção quanto a coordenação são eleitas por um conselho deliberativo paritário, composto por elementos do governo e da sociedade civil, que também vota as propostas e estratégias políticas das instituições (id.). Nesta configuração, não há lugar para cargos comissionados ou os chamados cargos de confiança, os gestores são eleitos garantindo a autonomia das instituições e permitindo que elaborem seu caminho institucional e pedagógico. Os professores que participam da direção são concursados da rede e estão lotados no museu como se fosse uma escola. Para tarefas administrativas e de apoio existem alguns funcionários contratados terceirizados.

O primeiro reconhecimento de existência e importância como ente público municipal do Museu Vivo do São Bento foi o decreto de criação do CRPH, em 2005. Nele, fica

²⁰ Para saber mais ver: VIANA, Uhelinton Fonseca. *A Educação com o patrimônio e a Educação como patrimônio: uma política na formação de professores*. 2016. 447 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

evidenciado que uma das finalidades do CRPH era o de consolidação dessa experiência de museu.

O Museu Vivo do São Bento foi instituído através da Lei nº 2.224, de 03 de novembro de 2008. Suas finalidades estão expressas no Artigo 4º da lei, cujo texto foi elaborado pelos professores engajados na luta:

- I – Fortalecer o movimento de defesa do patrimônio material e imaterial do território do Grande São Bento;
 - II – Afirmar o território caxiense como um lugar de Memória e de História;
 - III – Assegurar a importância dos sujeitos históricos que aqui viveram e vivem como atores sociais construtores de seu tempo;
 - IV – Investigar as heranças herdadas, pensando a cidade na longa duração, permitindo assim a projeção do que queremos para a mesma;
 - V – Assegurar a construção de sentimentos de pertencimento e de coletividade.
- Parágrafo Único – Este percurso valorizará os lugares de memória que guardam vestígios da presença humana em nosso território em várias temporalidades. [...] ²¹

A partir das finalidades definidas na lei de criação do Museu, é possível inferir que há uma preocupação com a questão da preservação do patrimônio cultural fluminense bem como uma necessidade de afirmação/construção de identidade da comunidade a partir da valorização dos lugares de memória e da história local. A importância deste museu para Duque de Caxias deve-se ao fato de que a história local e regional, representada através de seus patrimônios em diferentes temporalidades, é pouco conhecida e/ou reconhecida por seus moradores, muitos deles oriundos de outras regiões do país, especialmente do nordeste.

O historiador e pesquisador local, Antonio Augusto Braz ²², define Duque de Caxias como “uma cidade de migrantes. De gerações de migrantes que se sucederam desde as primeiras décadas do século XX.” (2010, p. 9). Foram pessoas que chegaram ao lugar para “tentar a sorte”, vindas do campo, em busca de oportunidades na metrópole carioca, mas acabaram se estabelecendo nos municípios da Baixada Fluminense. Muitos desses migrantes não tinham qualquer vínculo com o território e muito menos com a sua história.

Como a Baixada Fluminense faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, região também conhecida como Grande Rio, não é difícil perceber que a questão da identidade acaba sendo afetada por tal proximidade. A cidade do Rio de Janeiro foi sede dos governos colonial, imperial e republicano – até 1960, quando o Distrito Federal foi transferido para Brasília – e sempre atraiu a atenção dos historiadores. Apesar de muitas vezes ficar à sombra do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense também é um lugar repleto de vestígios

²¹ Disponível em: < <https://www.leismunicipais.com.br> > Acesso: Jun 2015.

²² Diretor de Pesquisa do Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias (CRPH) e um dos diretores do Museu Vivo do São Bento.

dessas distintas temporalidades e foi palco de importantes acontecimentos de relevância regional e nacional. O estudo da história local permite que estas particularidades se tornem conhecidas pela comunidade, reforçando a identidade local e afirmando que a Baixada Fluminense e Duque de Caxias são lugares de memória e de História e que estão conectados a uma história mais ampla.

Para os educadores e inventores do Museu Vivo do São Bento e do CRPH o conceito de totalidade em Marx é um importante pressuposto norteador para se pensar a História Local. Totalidade para eles não é junção; eles são críticos à visão cartesiana que acredita separar as partes para depois compor o todo. Inversamente, eles concebem só ser possível olhar com profundidade qualquer objeto se o fizer através das conexões com o macro, com o regional e com o local, levando-se ainda em conta, os aspectos econômicos, políticos e culturais.

Myrian Sepúlveda dos Santos (2006, p. 16) afirma que só podemos compreender os museus na atualidade “a partir do papel, ou dos papéis, que eles desempenham na sociedade ou talvez pelo tipo de acervo que contenham. Quem sabe, ainda, pela origem e história de seu prédio ou acervo”. Embora a autora esteja se referindo, no trecho mencionado, ao modelo tradicional de museu - baseado no tripé prédio/coleção/público, podemos concordar que o que importa realmente, é a função social que cada museu desempenha no local onde está inserido, seja ele de qual natureza for.

Atuando como um museu integral, o Museu Vivo do São Bento tem contribuído para a construção da história local baseando-se na valorização da memória coletiva, das heranças culturais da comunidade e dos patrimônios materiais e imateriais locais através das pesquisas que realiza junto aos moradores da localidade. Outro aspecto importante da sua atuação é a socialização destes conhecimentos que se dá de diferentes modos, em especial através dos cursos de formação de professores que promove. Esta é uma maneira de possibilitar que o conhecimento produzido pelos próprios professores e por seus alunos contribua para as transformações sociais almejadas pela via da educação.

Apesar da obrigatoriedade do ensino da história local constar na Lei Orgânica municipal desde 1990 – outra importante conquista dos professores e do sindicato –, na prática, nada ou quase nada tinha sido feito para que a lei fosse cumprida e o ensino de história local fosse efetivado nas escolas da rede. O Museu Vivo do São Bento apresenta-se como um espaço de defesa, preservação, produção e difusão da cultura e da história local.

1.3 Um projeto pensado por educadores

Nas palavras de Marlúcia de Souza, uma das diretoras do museu: “O Museu Vivo do São Bento não existia como lei, mas como movimento” (VIANA, 2016, p. 180). O processo de constituição do museu iniciou-se muito antes de sua institucionalização em 2008. Começou décadas atrás, com as lutas dos professores de Duque de Caxias em favor da valorização da história do município, da sua gente, das suas memórias, de seus patrimônios e do seu ensino nas escolas do município, e se materializou em algumas importantes conquistas, entre elas a criação de um museu comprometido com seu papel no processo de transformação social.

Já no início da década de 1990, um grupo de professores da rede pública do município de Duque de Caxias, com o apoio do núcleo local do Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino (SEPE-Caxias), lutava pela inclusão do ensino da história do município nos currículos escolares. A mobilização dos movimentos sociais que apoiavam a proposta, fortalecida pelo movimento de pressão popular, que ocupou a Câmara dos Vereadores, levou os edis a atenderem a essa demanda. Assim, foi aprovado o texto final da Lei Orgânica Municipal que tornava obrigatória a inclusão da História do Município de Duque de Caxias nos programas de ensino a serem elaborados a partir de então²³.

Tendo como preocupação a memória da Cidade e a preservação patrimonial, esses professores investiram na organização de uma Rede de Memória e História em conjunto com o trabalho formal, informal e voluntário realizado pelos professores do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FEUDUC). Por essa ocasião, foram criados a Associação de Professores Pesquisadores da História (APPH-Clio) e o Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense, ambos na FEUDUC.

Com a aprovação da lei, era necessário produzir novos conhecimentos acerca da história local para que esses saberes fossem socializados e chegassem até as escolas do município. Tal ação incentivou o ingresso de vários professores nos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado que, ao buscarem uma melhor qualificação profissional, tinham a oportunidade de aprofundar, através de seus trabalhos acadêmicos, os estudos e as pesquisas sobre a história do município e da Baixada Fluminense.

Segundo Silva e Souza (2009),

²³ Lei Orgânica do Município de Duque de Caxias, Artigo 97, § 1º, promulgada em 05 de abril de 1990.

[a] intensificação desse movimento consolidou uma perspectiva de educação patrimonial que tinha os seguintes objetivos: a) fomentar a criação de outras entidades que tivessem fins similares; b) realizar cursos para professores da rede pública; c) incentivar pesquisas; d) organizar congressos bienais para comunicar e trocar conhecimentos produzidos; e e) publicar a revista *Hidra de Igoassu*, que ajudaria na divulgação das pesquisas finais ou em curso. (p. 150)

Foram desenvolvidas práticas pedagógicas que incluíam atividades de visitação, com os professores da rede pública, aos lugares de memória e história da Baixada Fluminense e de outras regiões cujas histórias tivessem relação com a Baixada, buscando integrar os estudos locais com o regional na formação dos professores.

Como decorrência do exercício político dessas práticas culturais foi instituído o Conselho Municipal de Cultura (CMC), com participação direta dos professores como conselheiros e a criação da Cadeira de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Cultural.

Em 2005, após reivindicação dos professores, foram institucionalizadas duas importantes entidades que se tornaram imprescindíveis para a consolidação e ampliação do trabalho de inclusão da história local e das ações de preservação do patrimônio da Baixada Fluminense: o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH), através do decreto nº 4.806, e o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed), através do decreto nº 4.805. Em 2008, os decretos foram transformados nas leis nº 2.225 e nº 2.223, respectivamente.

Enquanto o CRPH tem como principais finalidades a promoção, preservação e guarda do patrimônio documental, tecnológico, arquitetônico, ambiental, oral e de valor histórico do município de Duque de Caxias e da região, o CEPEMHed busca resgatar e preservar a história e as memórias da educação de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, sendo o órgão responsável por arquivar e tratar dos dados coletados sobre a história e as memórias da educação (inclusive patrimonial) do município e da Baixada Fluminense.

Ambos os centros têm como característica serem entidades autônomas e paraestatais, o que permite a participação de representantes tanto da sociedade civil como do poder público na formação dos conselhos deliberativos.

O Museu Vivo do São Bento tem o CRPH como sua entidade mantenedora. Muitas das práticas educativas desenvolvidas pelo Museu atualmente tiveram início antes mesmo de sua oficialização, através do Centro de Referência, criado em 2005. Um exemplo é o próprio percurso de visitação ao sítio arqueológico Sambaqui do São Bento, que foi uma das primeiras ações preservacionistas realizadas.

1.4 Apresentando o Museu

Na Biologia, simbiose é o termo usado para definir a associação entre dois seres vivos que levam uma vida juntos, na qual ambos os organismos recebem benefícios, mesmo que em proporções desiguais. Creio que também podemos definir como simbiótica a relação existente entre o CRPH e o Museu Vivo do São Bento, uma vez que fica clara a dependência um do outro para alcançar suas finalidades. Nessa simbiose, podemos ainda incluir um terceiro elemento: o CEPEMHED. Todas as três instituições têm como preocupação o trabalho com o patrimônio, com a memória e a história local. Os Centros ocupam e compartilham a mesma sede administrativa que o museu, um prédio histórico onde funcionou a Escola Municipal Nísia Vilela Fernandes, localizado na rua Benjamin da Rocha Junior, s/n, no bairro que dá nome ao museu, no município de Duque de Caxias/RJ²⁴. A sede abriga ainda o Arquivo Público Municipal.

Nessa relação, a instituição que tomou maior vulto foi o Museu Vivo do São Bento, tornando-se referência na localidade e ganhando maior visibilidade. É preciso lembrar que o museu não está restrito apenas à sua sede, mas compreende um território, que é o Grande São Bento, e os percursos que contam a história do lugar a partir dos seus patrimônios e das memórias da comunidade que nele habita.

A equipe do museu conta com 22 integrantes, distribuídos em 4 setores: Direção Executiva, formada por 10 diretores eleitos que desempenham tarefas diferentes, e às vezes também acumulam funções; Equipe de Apoio à Pesquisa e ao Trabalho Pedagógico, com 3 responsáveis; Equipe de Tecnologia e Comunicação, com 2 responsáveis; e Equipe Administrativa, formada por 7 pessoas que exercem as funções de apoio, vigias, secretária e guias do percurso.

²⁴ Além do Museu Vivo do São Bento, o município de Duque de Caxias conta ainda com outros dois museus de naturezas distintas: o Museu Histórico do Duque de Caxias e da Taquara (1972), de âmbito municipal, localizado no bairro da Taquara, no 3º distrito, cuja missão é preservar a memória do Luís Alves de Lima e Silva e da Taquara; e o Museu Ciência e Vida (2010), de âmbito estadual, localizado no bairro Vinte e Cinco de Agosto, no 1º distrito, que tem como missão popularizar e difundir a cultura, a ciência e a arte. Para aprofundar esse assunto ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=dmsOZhvbRRI>>; <http://visiteduquedecaxias.com.br/8313_museu-historico-de-duque-de-caxias-e-da-taquara> e <www.museucienciaevida.com.br/>

Figura 2 - Sede administrativa do Museu Vivo do São Bento.



Fonte: www.museuvivodosaobento.com.br

1.4.1 Seus percursos

Localizado na região considerada como a de ocupação mais antiga do município, o território do Museu Vivo do São Bento guarda diversos patrimônios que estão ligados à história e à memória do município e de seus cidadãos, mas que também são significativos para a história do estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Esses patrimônios representam diferentes temporalidades que vão desde a ocupação pré-cabralina da região às ocupações mais recentes, e suas histórias e memórias são reveladas através dos percursos do museu. Uso o termo no plural, porque são inúmeras as possibilidades de conhecimento do território e os roteiros são elaborados conforme os interesses de quem procura o museu. Entretanto, existe um percurso sugerido, formado por edificações e por outros vestígios materiais que testificam a presença do homem naquela região em distintas épocas. Este percurso pode ser ampliado com a inclusão de outros bens culturais da região, dependendo do interesse do visitante.

Há, ainda, os percursos secundários que têm como referência outros lugares de memória da cidade, que podem não estar dentro do território do museu propriamente, mas que têm relação com a história local. São eles: “Conhecendo Caxias”, percurso no qual são apresentados os lugares de memórias mais recentes da cidade; “Os caminhos da Fé nas Cercanias da Guanabara”, com visitas às Igrejas Coloniais de Duque de Caxias e Magé; “Os caminhos do ouro, do pano e da pólvora”, envolvendo os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé, com ênfase no processo de industrialização, o percurso inclui visitas às fábricas de tecido do século XIX e à Fábrica de Pólvora; “Os caminhos de Inhomirim e do café”, no qual se podem observar os vestígios históricos da Freguesia de Inhomirim, entre

Duque de Caxias e Magé; “Os caminhos da Diáspora, da senzala e da rebeldia”, percurso que destaca diferentes áreas de quilombos na localidade; e o “Toxic Tour”, que busca mapear as bacias hidrográficas e as Áreas de Proteção Ambiental e seus problemas ambientais.

Embora o museu ofereça visitas guiadas, que devem ser agendadas previamente, o território musealizado é público e pode ser frequentado por qualquer pessoa interessada em conhecê-lo. No entanto, o espaço ainda carece de placas de sinalização interpretativa dos lugares de memória e história, recurso que facilitaria o acesso às informações sobre os bens patrimoniais ali existentes. Esta é uma das lutas da equipe do museu e do CRPH para democratizar ainda mais esse espaço de valor histórico e cultural.

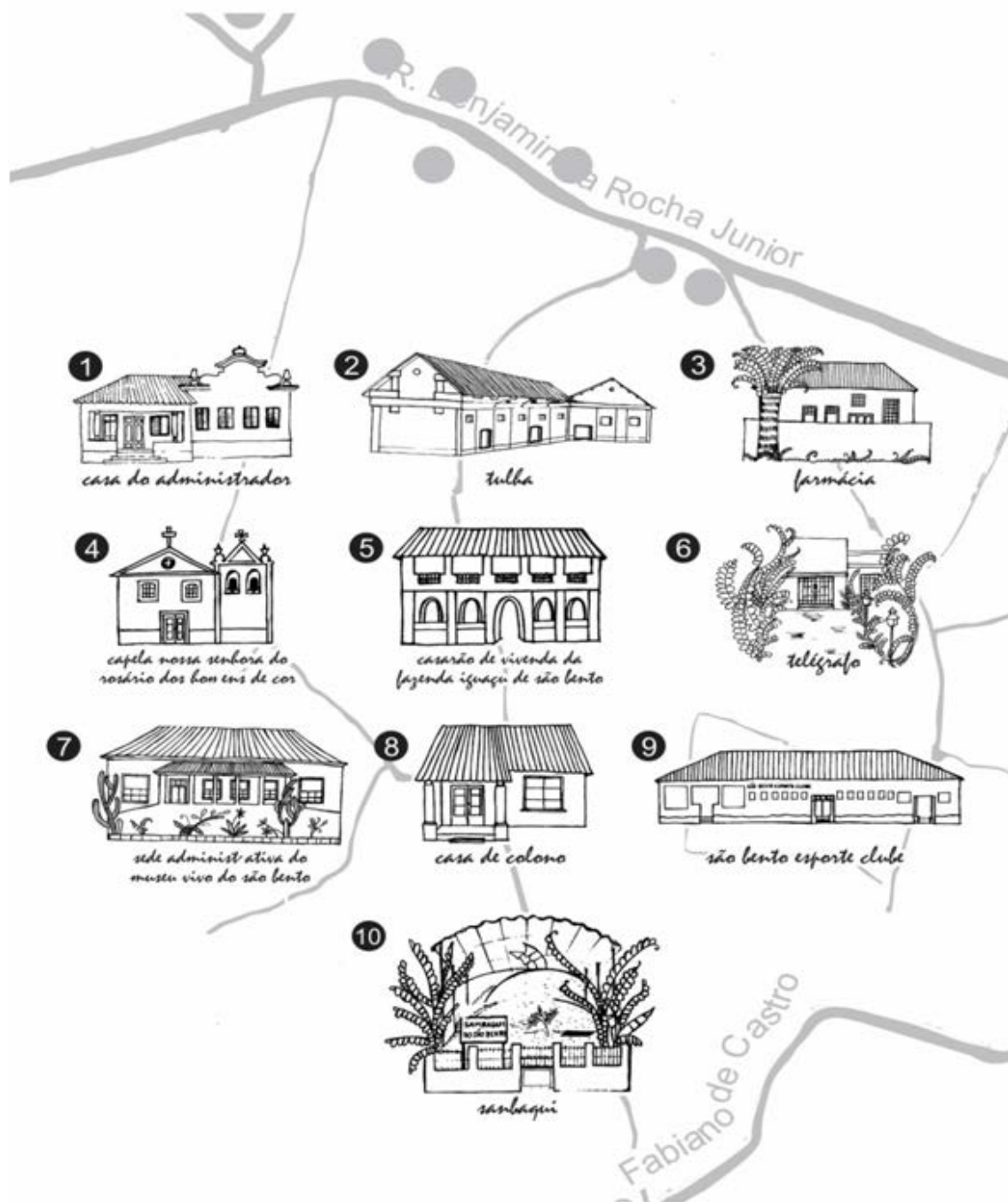
O museu não dispõe de transporte próprio para as visitas, o que facilitaria as guias, pois são necessárias 2 horas, aproximadamente, para percorrer o percurso principal completo. Para que grupos de alunos das escolas da rede municipal possam conhecer o museu, as escolas precisam solicitar transporte junto à Secretaria Municipal de Educação ou ir por sua própria conta. Grupos de outras redes e de escolas particulares, universidades e outras instituições costumam providenciar seu próprio transporte. Os percursos também podem ser feitos a pé, porém demandam mais tempo e preparo físico.

Figura 3 - Museu Vivo do São Bento



Fonte: CRPH/ Museu Vivo do São Bento

Figura 4 - Museu Vivo do São Bento - Percurso Principal



Fonte: CRPH

Para contar a história do território que abriga o Museu Vivo do São Bento, o CRPH, organizou em 2012, através do Programa Jovens Agentes do Patrimônio, que tem como objetivo formar guias para os visitantes de diversos lugares e idades que vão ao Museu para conhecer um pouco mais da história local e da Baixada Fluminense, a primeira guia teatralizada do percurso inspirada no auto popular do Bumba-meu-boi ou Boi Bumbá. Com o título de “O Boi Gentileza e sua Língua”, a guia teatralizada misturou ao enredo do auto

popular a história do lugar e suas pessoas, apresentando o percurso de forma lúdica. Este projeto, patrocinado pela Secretaria Estadual de Cultura - RJ, contou com a parceria dos jovens monitores de teatro da UNIRIO e dos Jovens Agentes do Patrimônio, do próprio museu. Em 2013, foi produzido um *kit* composto por dez cartões-postais com informações e representações dos patrimônios do percurso que serviram de pano de fundo para a encenação²⁵.

É com este material que apresento o percurso do Museu Vivo do São Bento. O texto informativo sobre cada patrimônio, escrito no verso dos cartões e aqui transcritos, é de Antonio Augusto Braz.

²⁵ *Desenho* com nanquim sobre papel, por Tainá da Costa e Risonete Nogueira. *Fotografia*, acervo CRPH/Museu Vivo do São Bento. *Projeto Gráfico*, por Lear Martiniano.

Figura 5 – Casa do Administrador



Casa do Administrador

A “Casa do Administrador”, hoje situada no campus da FEUDUC, abrigava, como o nome bem diz, o administrador do Núcleo Colonial São Bento e sua família. O projeto do “Núcleo Colonial” foi criado em 1932 e extinto em 1961 e tinha como objetivo o assentamento de famílias que se dedicariam à produção agrícola destinada ao abastecimento da capital, o Rio de Janeiro.

Hoje, o imóvel, com sua ampla varanda aberta e seus cômodos espaçosos e arejados, abriga os setores de pesquisa da FEUDUC – o Centro de Pós-Graduação – o Instituto Casa do Pesquisador – a sede da APPH-CLIO. Na época do “Núcleo”, sua frente ajardinada recebia famílias que, em seus momentos de lazer, dedicavam-se ao piquenique, apreciando a eventual passagem de veículos que cruzavam a Rio-Petrópolis, alguns metros adiante. Isto, relato de antigos moradores.

Figura 6 - Tulha



Tulha

Durante o período em que ocorreram as ações do “Núcleo Colonial São Bento”, a Tulha (armazém) exercia a função de armazenamento da produção agrícola diversificada do projeto. A mesma função era exercida por outros imóveis, como o que abriga atualmente a sede do “Moto Clube Veneno de Cobra” e o que abrigou o projeto de acolhimento social Renascer/Reviver.

Até pouco tempo, o prédio abrigava um equipamento municipal que produzia peças de cimento, manilhas e tijolos. Esse espaço está hoje sob a gestão do Museu Vivo do São Bento. E sua bela estrutura arquitetônica, onde se destaca um telhado majestoso que chama a atenção do visitante, está destinada a abrigar o espaço cultural multiuso “Armazém Cultural”, onde teatro, música, cinema, artes plásticas e artesanato estarão a serviço da população do bairro e da região. Doce destino, aquele lugar que outrora abrigava os alimentos do corpo, agora abrigará os alimentos da alma.

Figura 7 - Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor



Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor

As paredes da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor já assistiram a quase 400 anos de devoção. Paredes grossas, altas e sólidas, como bem orientava a técnica construtiva da época, a capela, que no princípio chamava-se Nossa Senhora do Aguassu das Candeias, tornou-se “de Cor” em 1695, para que os escravos e libertos da região encontrassem nela conforto espiritual e orientação dócil.

Sobrevivendo às mudanças que o território sofreu nesses séculos, a edificação da capela, junto com o Casarão Beneditino, forma um complexo colonial que se traduz em pura joia patrimonial do Museu Vivo do São Bento, da região e do país. Hoje, ainda abrigando ofícios religiosos, o prédio nos lembra, entre cânticos e rezas, o quanto a fé, além de remover montanhas, pode manter de pé o que não deve desaparecer.

Figura 8 - Casa de Vivenda da Fazenda Iguaçu de São Bento



Casa de Vivenda da Fazenda Iguaçu de São Bento

O engenho do Aguassú foi instalado em 1565 por Cristovão Monteiro, que recebeu essas terras como agradecimento de Estácio de Sá por terem, juntos, peleado e vencido franceses e tamoios anos antes.

Em 1591 a viúva de Monteiro doa as terras à Ordem Beneditina, e o engenho do Aguassú se torna a Fazenda do São Bento de Iguassú. Os monges constroem, entre 1754 e 1757, a bela Casa de Vivenda, que hoje se vê espreado-se na lateral da rua principal do bairro São Bento.

O seu estado precário, marcado por estacas mal conservadas que tentam sustentar seu belíssimo varandão nos exige refletir sobre como foi possível permitir que um imóvel de tamanho valor histórico e patrimonial tenha sido deixado ao tempo, consumido pelo descaso. Mas as providências há tanto esperadas podem estar muito próximas.

O projeto de restauração e utilização da edificação, produzido pelo Museu Vivo do São Bento, propõe que o espaço abrigue uma Escola de Música e um Museu de Arte Sacra.

Figura 9 - Farmácia



Farmácia

De frente ao complexo colonial da Fazenda do São Bento e de costas para a grande tulha que abrigará o “Armazém Cultural”, ergue-se o imóvel que até pouco tempo abrigava meninas e meninos em busca de proteção e acolhimento.

No início, a partir dos anos 30, serviu ao Núcleo Colonial também como tulha e, logo depois, como farmácia que atendia às famílias que foram estimuladas a virem para a região e ocuparem-se das tarefas agrícolas.

O projeto de revitalização patrimonial do Museu Vivo do São Bento propõe a instalação, nesse espaço, do MUSEU DA CIDADE. Abrigados pelas paredes que garantiam saúde, se possa hoje conhecer melhor a História de nossa cidade e nossa região, a Baixada Fluminense.

Figura 10 - Telégrafo



Telégrafo

Talvez seja quase impossível, nesses dias atuais de hiperconectividade, onde imagens, sons e textos atravessam tão velozes e precisos os espaços e os tempos, acreditar que pontos (.) e traços (-) cumpriam a missão de comunicação entre os povos. Mas o telégrafo era assim e assim cumpriu sua missão aqui no São Bento.

Possivelmente construído entre os anos 30 e 40, a aprazível casa com seu quintal bucólico e florido, abrigava, nos anos 80 e 90, gentil família que recebia com alegria, barulhentos e festivos graduandos da FEUDUC para alegres churrascos de final de semana.

O historiador Rogério Torres afirma sem pestanejar que a feliz e muito aguardada notícia do fim da terrível Segunda Guerra Mundial chegou ao Brasil pelo telégrafo do São Bento. Existe maneira mais bela de afirmar seu lugar na História?

Figura 11 - Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento



Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento

A sede do Museu Vivo do São Bento era uma escola. A escola dos filhos dos colonos do Núcleo Colonial São Bento e depois a Escola Municipal Nísia Vilela, ela mesma, a esposa do administrador do Núcleo Colonial. Hoje seu espaço abriga as dependências administrativas do MUSEU, do CRPH, do CEPEMHed e do Arquivo Público Municipal.

No entanto, o visitante que entra no prédio nem percebe essa função. Nas paredes e nos espaços, o acervo exposto convida os olhares a passearem pela História e pela Arte da cidade e da Baixada. E então, motivados pelo que veem, quem visita se indaga, pergunta, responde, aprende e ensina. Sabe de uma coisa? A sede do Museu Vivo do São Bento continua sendo uma escola.

Figura 12 - Esporte Clube do São Bento



Esporte Clube do São Bento

O Núcleo Colonial São Bento foi instalado em 1932. O projeto era criar um cinturão de alimentação que abastecesse a cidade do Rio de Janeiro com os alimentos que ela carecia. Portanto, a rotina era de trabalho, mas os que trabalham também descansam e se divertem.

As dependências do atual Esporte Clube São Bento foram construídas em 1948 para cumprir a missão do lazer. Ao longo desses anos dançou-se, brincou-se e jogos e namoros aconteceram nos animados bailes e concursos domingueiros. No campo dos craques da bola, muitos anônimos e outros famosos. O time, orgulho da comunidade, atravessou décadas enfrentando os desafios dos adversários.

Hoje, o espaço de alegria tenta manter sua tradição. Que Garrincha e Roberto Dinamite nos inspire e que nas belas tardes do São Bento, durante muito tempo, ainda possa se ouvir os gritos de gol e as risadas de alegria.

Figura 13 – Casa do Colono



Casa do Colono

Para a instalação do Núcleo Colonial São Bento, iniciativa do governo getulista em 1932, tornou-se necessário atrair as famílias que lavrariam as terras e as fariam produzir. Essas famílias foram convidadas, a princípio pelo Ministério de Agricultura e, logo depois, por outros órgãos públicos.

Elas foram instaladas no que foi chamada de Gleba Central, que hoje é o centro do bairro São Bento, de onde se dirigiam para as glebas periféricas, destinadas ao cultivo. Muitas daquelas glebas são bairros atuais, como o Parque Fluminense, Wona e Amapá. Para abrigar as famílias, 70 casas foram construídas ao longo das atuais ruas Jose Pinto e Wilson Barroso, onde ainda estão, testemunhas da vida que foi vivida naqueles tempos. Uma das casas, bem ao lado da Sede do Museu Vivo, está para ser transformada em “Museu Casa” que reproduzirá o cotidiano das famílias. Nosso Museu é Vivo e vida que nos alegra está ao nosso lado na memória daqueles com quem convivemos no bairro e em nossa região.

Figura 14 - Sambaqui



Sambaqui

Os primeiros habitantes do entorno da Baía de Guanabara eram caçadores, pescadores e coletores de conchas, mariscos e crustáceos. Com restos desses alimentos eles sedimentavam e demarcavam o local de moradia, formando elevações.

O sambaqui (do Tupi, monte de conchas) era um morro composto de empilhamento de areia, barro, conchas de moluscos, carapaças de crustáceos, ossos de peixes, aves e mamíferos. Era um local de sociabilidade, onde se guardavam os restos e os instrumentos utilizados para o preparo dos alimentos.

O Sambaqui do São Bento é um sítio de encosta de frente para a baía, o que permitia ao grupo a visão panorâmica e estratégica do movimento nas águas da Guanabara. Sua ocupação se deu por volta de 4000 A.P. (antes do presente) e nele se encontraram diferentes informações sobre o modo de vida de nossos primeiros ancestrais, sambaquianos do São Bento.

Além dos bens patrimoniais destacados aqui, existem outros que fazem parte do percurso ampliado que inclui: a antiga “tulha de carvão” e atual sede do Moto Clube Veneno de Cobra, hoje uma propriedade particular; a ocupação Novo São Bento, organizada por movimentos nos anos 1990; as margens do rio Iguaçu; a Reserva Ambiental dos Morros da Marinha e do Céu e o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa), um centro científico da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) .

Cada um desses patrimônios remete a diversas temporalidades e permite perceber seus diferentes usos ao longo do tempo.

1.4.2 As exposições permanentes e itinerantes

Embora a coleção de objetos não seja seu foco principal, o Museu Vivo do São Bento mantém em sua sede e em outros espaços do museu, exposições que ajudam a contar a história do território e de sua gente e as manifestações culturais que ali ocorrem.

Uma das exposições permanentes é a que conta sobre a Fazenda do Iguaçu. Com o título “A História da Fazenda do Iguaçu: Os sinais do caminho no tempo”, a exposição apresenta a história da primeira propriedade lusitana no território que chamamos atualmente de Baixada Fluminense, situando a Fazenda no contexto da administração dos beneditinos em todo o período colonial e imperial e as transformações ocorridas ao longo do tempo e seus novos usos.

Outras exposições permanentes são as do Sambaqui do São Bento, que conta a história do povo das conchas, os primeiros habitantes do território; Xerém: Lugar de Memória, Trabalho e Fé, que conta a história do 4º Distrito com destaque para a história da Fábrica Nacional de Motores, instituída em 1942 e a luta camponesa, travada nas décadas de 1950 e 1960; e A Baixada Fluminense Retrutada pelos Viajantes do Século XIX.

As exposições itinerantes atuais são: “As Mulheres em Movimento na Cidade de Duque de Caxias”, fruto de uma parceria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, das Secretarias Municipais da Assistência e da Educação, do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e do Museu Vivo do São Bento. Todas as mulheres apresentadas na exposição ocuparam papel de inserção social em defesa da vida. Lutaram pelo direito à educação, pela reforma agrária, pela melhoria dos bairros, pelos direitos femininos e da infância, contra a violência e o abandono cotidiano impostos às mulheres.

A outra exposição itinerante é “Lentes da Memória: olhares fotográficos de Filipo Tardim” que apresenta belas imagens do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense.

1.4.3 Programas e Projetos

O Museu Vivo do São Bento desenvolve vários programas e projetos voltados para a comunidade local, proporcionando uma maior integração entre esta e o museu. Tais atividades são elaboradas visando oferecer à comunidade os meios para preservar, valorizar e divulgar o patrimônio cultural local, assim como proporcionar novas experiências culturais.

Atualmente, os projetos em andamento são: Cineclube, Formação Continuada, Jovens Agentes do Patrimônio, Mulheres Artesãs e Quintais Culturais.

Figura 15 – Cineclube



Fonte: www.museuvivosaobento.com.br

O Cineclube é um espaço que procura integrar as pessoas comuns com a produção cinematográfica produzida mundialmente, com destaque para os filmes nacionais. O objetivo do projeto é articular cinema, poesia e música a uma reflexão relacionada ao patrimônio, às vivências na cidade e à defesa da vida humana. Considerando que no bairro não existem salas de cinema, esta é uma boa oportunidade de oferecer à comunidade a possibilidade de assistir a bons filmes e discuti-los à luz da realidade local, com a mediação dos professores que fazem parte da equipe do museu, buscando semelhanças e diferenças com a realidade vivida.

Infelizmente, podemos observar que a maior parte dos filmes exibidos nas salas de cinema da Baixada Fluminense são voltados apenas para o entretenimento e não para uma reflexão acerca de questões mais profundas da vida.

As sessões de cinema costumam acontecer na sede administrativa do museu ou mesmo em outros espaços onde haja pessoas dispostas a trocar ideias, opiniões e informações.

Outra modalidade do projeto é “O Cineclube vai à Escola” que possibilita realizar sessões de cinema no ambiente escolar com o interesse de contribuir nos processos de formação pedagógica, sendo necessário que a escola procure o museu para agendar a sessão.

Figura 16 – Formação continuada



Fonte: www.museuvivodosaobento.com.br

Compreendendo a formação continuada dos professores como um processo marcado pela mediação das experiências e conhecimentos produzidos tanto no fazer da escola, como no da comunidade local e da ciência, ou ainda, por saberes tradicionais e populares, o CRPH busca oferecer um trabalho formativo que se efetiva a partir da realização de cursos sobre a cidade de Duque de Caxias e a Baixada Fluminense, bem como temas específicos que abranjam aspectos patrimoniais, culturais, históricos do território; Trabalhos de Campo que consistem em visitas e percursos temáticos pela Baixada Fluminense, pelo município e por territórios vizinhos que dialogam com a história e o meio ambiente local; Grupos de Estudos

realizados no interior da escola, a partir de eixos temáticos definidos por esta; Palestras; Seminários e Debates que contemplem, de forma ampla ou mais específica, as questões ligadas ao Patrimônio, à História e à Memória da população local.

A compreensão de que professores e alunos são protagonistas da produção do conhecimento é o que propulsiona o trabalho formativo, que visa potencializar as ações voltadas para a pesquisa escolar e fomentar a publicação do saber produzido – fruto de práticas individualizadas ou produzido coletivamente – em diferentes formatos, como exposição, publicação digital, cartilhas, folhetos, cartões, jogos pedagógicos, filmes, etc.

Figura 17 – Jovens Agentes do Patrimônio



Fonte: www.museuvivodosaobento.com.br

O programa criado em 2010, que reúne semanalmente jovens entre 12 e 18 anos, é uma ação de educação patrimonial-museal que tem o intuito de fortalecer os vínculos dos jovens com a comunidade do Grande São Bento, a partir de abordagens que estejam articuladas em torno da memória-patrimônio-afetos, a fim de que os jovens possam se construir identitária e discursivamente na relação consigo, com o outro e com o meio. Um dos objetivos é preparar jovens da comunidade para atuar como guias do Museu Vivo do São Bento e de outros percursos históricos da Baixada Fluminense. O programa depende de

recursos vindos de financiamentos-patrocínios, a partir de inscrição e aprovação em editais públicos.

Figura 18 - Mulheres artesãs



Fonte: www.museuvivodosoabento.com.br

O projeto tem como finalidade promover o encontro e a troca de experiências entre as mulheres artistas-artesãs das comunidades. As reuniões são semanais e as atividades organizadas pelas próprias mulheres, mas contam com o apoio de um membro da equipe do museu.

O artesanato produzido nas oficinas fica disposto na Sala das Artesãs, na sede do museu, para exposição e venda. As criações também costumam participar de feiras culturais e eventos museais. O grupo de mulheres é articulado com a economia solidária.

Figura 19 – Quintais Culturais



Fonte: www.museuvivodosabento.com.br

Este projeto, um desdobramento do projeto “Mulheres Artesãs”, realiza-se em vários quintais e conta com trabalhos que envolvem uma agricultura urbana. As famílias são convidadas a olhar para seus quintais e pensar como potencializar e beneficiar suas produções, sem se afastar da essência da agroecologia. Em certa medida, o projeto resgata a vocação agrícola da localidade que, em outras épocas, destacou-se na produção de alimentos para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, porém, agora, em uma escala menor e mais familiar, com preocupações ecológicas.

1.4.4 Seus dispositivos de divulgação

Para divulgar as atividades que promove, o Museu Vivo do São Bento utiliza diversas ferramentas disponíveis: cartões portais, *folders*, publicações digitais, parcerias, as atividades culturais realizadas, como o Samba no Museu, comemorações afro-brasileiras, festas, o Café com História, a Rede da Nova Museologia do Rio de Janeiro e a Rede de Educadores de Museu e o *site*: <http://www.museuvivodosabento.com.br/>, através do qual é possível

acompanhar toda a programação que realiza em parceria com o CRPH e agendar visitas ao museu. Também é possível encontrar vários vídeos no YouTube que mostram o trabalho realizado pelo museu.

2 ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

O capítulo tem como objetivo refletir sobre o ensino de História na contemporaneidade e suas novas abordagens. A preocupação com a formação de identidades; os diferentes usos sociais do passado possibilitado pelas novas tecnologias; a educação patrimonial nos espaços museais foram algumas das temáticas priorizadas nessa discussão, a partir dos conceitos de memória, história e patrimônio.

2.1 O ensino de História na contemporaneidade: novos temas, objetos e problematizações

A crise contemporânea, observada a partir da segunda metade do século XX, que provocou transformações sociais, econômicas e políticas mundo afora, repercutiu também no pensamento historiográfico contemporâneo contribuindo com novas abordagens. O surgimento da Nova História²⁶ abriu novos campos de pesquisa histórica como, por exemplo, a história vista de baixo, a história das mulheres, a micro história e a história oral, possibilitando que a cultura popular recebesse maior atenção por parte da academia. Assim, grupos antes marginalizados passaram a poder contar com o reconhecimento de sua história como parte da história social. Esta Nova História, interessada em toda atividade humana, tem como base filosófica a ideia de que “a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992).

No âmbito educacional, novas demandas sociais impactaram a elaboração dos currículos e também nas metodologias utilizadas no ensino de história. Com base nessa nova produção historiográfica, a história ensinada nas escolas a partir dos anos de 1980, com o processo de redemocratização brasileira, passou a incluir assuntos relacionados ao desenvolvimento social envolvendo temas como ecologia, pluralidade cultural, minorias étnicas, dever de memória, patrimônio cultural etc.

²⁶ Corrente historiográfica surgida na França nos anos 1970, tem como principais expoentes J. Le Goff e P. Nora. A Nova História é, na definição de Peter Burke, “o movimento de mudança [que] surgiu a partir de uma percepção difundida da inadequação do paradigma [da história] tradicional.” Ainda, segundo o autor, “[esta] percepção da inadequação só pode ser compreendida, se olharmos além do âmbito do historiador, para as mudanças no mundo mais amplo.” BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. (org). *A Escrita da história: novas perspectivas*; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

Circe Bittencourt faz uma importante análise sobre como foram constituídos os conteúdos e métodos de ensino de História no Brasil. Segundo a autora, o ensino de História sempre esteve presente no currículo das escolas brasileiras desde o século XIX até o período atual (2011, p. 60). Inicialmente, o ensino de História serviu para constituir e forjar uma *identidade nacional* ao legitimar um passado que explicasse a formação do Estado-nação visando desenvolver o espírito patriótico ou nacionalista. Atualmente, de acordo com a autora, um dos objetivos centrais do ensino de História relaciona-se à sua contribuição na constituição de *identidades*. O termo, no plural, chama a nossa atenção e indica que existem outras identidades em jogo: identidade individual, social, étnica, de gênero, de idade, regional; a identidade nacional é apenas uma das identidades a serem constituídas pela História escolar, porém com o desafio de ser entendida em suas relações com o local e o mundial (BITTENCOURT, p.121).

Cabe lembrar o que Ana Maria Monteiro nos fala sobre o saber escolar, um saber constituído pela escola e para a escola a partir de uma seleção cultural que implica em opções culturais, políticas, éticas possibilitando ênfases, destaques, omissões e negações. Segundo esta autora, essa seleção é sempre enraizada socialmente e é histórica, revelando interesses, projetos identitários e de legitimação de poderes instituídos ou a instituir, suscetível a mudanças e redefinições. Tal seleção passa ainda pelo processo de didatização, isto é, um processo que possibilita que os saberes selecionados sejam possíveis de ser ensinados, sejam transformados em objetos de ensino através da mediação didática. De acordo com a autora, estes dois processos – seleção cultural e didatização – articulados em função da finalidade educativa, possibilitam a formação de representações e de valores pelos alunos, a produção de sentidos e atribuição de significados a partir das situações de aprendizagem vivenciadas. Assim, o ensino de história contribui de forma importante e significativa para a construção e reconstrução do conhecimento cotidiano²⁷. Desta forma, a História escolar não é mero reflexo adaptado do pensamento historiográfico porque cumpre outras finalidades sociais e culturais.

Uma preocupação com as linguagens e também com os diferentes suportes textuais e imagéticos está presente nos discursos docentes, indicando que as novas tecnologias tornam-se cada vez mais presentes no ensino de história e são cada vez mais utilizadas pelos professores em sala de aula. Filmes, *sites*, jogos, revistas especializadas, colunas de jornais, livros, músicas e programas de televisão são alguns exemplos de produtos culturais que têm a história como tema principal ou como pano de fundo. Produzidos para fins de entretenimento,

²⁷ MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: entre história e memória*. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/graduacao/prodencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf>>

busca de erudição, de conhecimento ou como argumentação social, eles expressam diferentes modos de lidar com o tempo, e revelam um grande potencial no ensino de história. Constituem, portanto, alguns dos diferentes usos sociais do passado que mobilizam a história e a memória na atualidade.

Em tempos de presentismo (HARTOG, 2014), quando a perda da identificação das novas gerações com o passado provoca uma aparentemente contraditória explosão do “dever de memória”, observamos um crescimento da importância da chamada história pública. Em meio às atuais discussões sobre o papel da escola e do ensino em processos de formação de atitudes e identidades, a mídia seja ela, impressa, televisiva ou digital, encarrega-se da divulgação dessa história pública, democratizando o acesso à informação e trazendo desafios e possibilidades para os professores. São recursos que o professor pode levar para dentro da sala de aula para instigar em seus alunos o interesse pelo conhecimento histórico.

Entretanto, o movimento de saída da sala de aula tem também o potencial de ampliar as experiências educacionais dos estudantes. Visitar os diferentes lugares de memória e seus patrimônios espalhados pela cidade contribui para o fortalecimento da identidade local. Os patrimônios culturais são representações de uma determinada comunidade e são instituídos a partir de uma memória coletiva que tem como função reforçar o sentimento de identidade e de pertencimento. Nesse sentido, os museus são excelentes exemplos de lugares de memória e estão cada vez mais preocupados com seu papel educativo.

Com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, alargaram-se também as possibilidades de ensino, principalmente do ensino de história, a partir desses bens culturais. Do ponto de vista metodológico, os bens culturais passaram a ser vistos como objetos de conhecimento escolar, isto é, como currículo. Ganha espaço o planejamento de atividades com foco na proposição de situações de ensino e aprendizagem que almejam a construção de experiências significativas pelos participantes tendo como referência o patrimônio cultural, porque permitem que os indivíduos vivenciem múltiplas experiências.

Na educação patrimonial, “os objetos culturais se definem pela função de signos no processo de comunicação social, constituindo-se em suportes de sentidos e significados, produzidos no contexto de diferentes códigos culturais”, conforme Knauss (2011, p. 595). Maria de Lourdes P. Horta vê a educação patrimonial como um “instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. Trata-se de um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização dos bens culturais que não são apenas aqueles herdados, mas também os bens que se produzem no

presente como expressão de cada geração. A educação patrimonial torna possível o diálogo entre os bens patrimoniais de diferentes épocas, possibilitando diversas leituras do patrimônio cultural de uma sociedade.

A educação patrimonial é uma proposta metodológica para o desenvolvimento das ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais que tem conquistado espaço no ensino de história e os museus têm procurado atender a esta demanda educacional. Segundo Paulo Knauss, inicialmente os museus eram espaços restritos aos pesquisadores, mas “a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, já apontava para um modelo diferenciado aberto para o público e voltado para a educação, em sentido amplo” (p. 586). A partir da década de 1950, houve uma renovação no debate conceitual dos museus com a sociedade.

Mas é no início da década de 1980 que o debate sobre o sentido do trabalho educacional nos museus ganha uma nova conceituação, inspirada na *Declaração de Santiago do Chile*, de 1972, que lança as bases da Nova Museologia, definindo o museu como uma instituição a serviço da sociedade da qual faz parte e que, como tal, possui elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades a que serve. É nessa perspectiva que o Museu Vivo do São Bento tem trabalhado.

Geralmente os museus são associados à questão da memória. Lowenthal chama a atenção para um importante aspecto que, a nosso ver, precisa ser considerado pelos professores, particularmente os de história, que são os diferentes tipos de memória: a memória instrumental que ressuscita fatos (que podem ser rapidamente esquecidos!) e a memória afetiva que envolve sentimentos, e esta, em suas palavras, “de maior intensidade, revela um passado tão rico e vívido que nós quase o revivemos” (1998, p. 91).

Pensando na prática pedagógica, não é difícil entender porque as aulas dadas em ambientes fora da sala de aula costumam agradar tanto aos alunos, pois envolvem sensações diferentes das habituais. Idas a museus e espaços culturais, por exemplo, são atividades que têm o potencial de permitir ao aluno estar envolvido de “corpo e alma” na aprendizagem, tornando-a mais significativa. Segundo Ramos (2004), “a capacidade de conhecer não é (...) uma revelação e sim a relação de experiências humanas **com** o mundo e **no** mundo” (grifo nosso). É preciso, portanto, que o professor esteja preparado para as novas abordagens que têm surgido a partir dessa nova relação com os museus e com o patrimônio cultural.

2.2 Lembrar e/ou Esquecer? Os usos sociais do patrimônio na construção de identidades locais

Os temas que permeiam esta pesquisa – história, memória, identidade e patrimônio – encontram-se imbricados. Como falar de história sem falar de memória? E de identidade sem considerar a história e a memória? Como conceituar patrimônio sem levar em conta a história, a memória e a identidade? O Museu Vivo do São Bento, lugar escolhido para a realização desta investigação, encontra-se envolvido nessa teia. Em sua dimensão educativa, busca atuar no viés do direito à memória, à história e ao patrimônio, visando possibilitar ao cidadão da Baixada Fluminense, particularmente de Duque de Caxias, construir sua própria identidade e a identidade do lugar onde vive, reconhecendo e valorizando tanto as experiências do presente quanto as do passado.

Se a memória nos remete a uma história, ou a muitas histórias, cabe uma reflexão: Que memória está sendo lembrada e por quem? Qual história está sendo contada a partir dessa memória? Quem está contando e para quem? Como está sendo contada e com qual objetivo? Estas são questões que se apresentam no trabalho realizado pelo Museu Vivo do São Bento junto à comunidade a que serve numa clara opção política de contar a história dos vencidos, daqueles que foram silenciados pela história oficial. São memórias e histórias de resistência e luta que atravessam o tempo e se fazem também no presente.

Mário Chagas (2009) chama atenção para a relação entre memória e poder, onde ambos exigem-se. Segundo o autor, “[o]nde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento” (p. 136). O ato de lembrar implica uma seleção, assim como o ato de esquecer. Entre tantas memórias, por que algumas são privilegiadas enquanto outras são esquecidas? O que e a quem interessa lembrar ou esquecer?

Para Chagas (2009),

[o] caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. A ação política por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente.

Tanto a memória quanto a história não são neutras. A subjetividade existe em ambas. Mas o que as distingue? De fato, a linha que separa estas duas categorias é mesmo muito

tênue. Diversos autores procuram mostrar os limites entre memória e história e a relação entre memória e identidade.

Ao falarmos de memória somos remetidos ao passado, a alguma experiência vivida em outro tempo – a nossa própria ou a experiência de outrem. Para Lowenthal (1998), “toda consciência do passado está fundada na memória” (p. 75). Logo, é o ato de lembrar que nos torna conscientes do passado. A memória, assim como a história, necessita do passado.

Lowenthal analisa três fontes de conhecimento do passado: memória, história e fragmentos. Segundo ele,

memória e história são processos de introspecção (*insight*): uma envolve componentes da outra, e suas fronteiras são tênues. Ainda assim, memória e história são normalmente, e justificadamente, diferenciadas: a memória é inevitável e indubitável *prima-facie*; a história é contingente e empiricamente verificável. Ao contrário de memória e história, fragmentos não são processos mas resíduos de processos. (p. 66)

É através das lembranças que recuperamos a consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado. E esse passado relembrado é tanto individual quanto coletivo. Todos nós, em princípio, temos lembranças pessoais, mas precisamos das lembranças de outras pessoas tanto para confirmar as nossas próprias quanto para lhes dar continuidade. Somos capazes de lembrar de coisas que não vivemos porque nos apropriamos da memória daqueles que as viveram. Esta compreensão é fundamental para a construção do conhecimento histórico e também para a construção da identidade, tanto individual quanto coletiva. O ato de relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: “saber o que fomos confirma o que somos” (LOWENTHAL, 1998, p. 83).

É desta forma que o Museu Vivo do São Bento tem procurado contribuir para o conhecimento da história local – seja da região do Grande São Bento, do município de Duque de Caxias ou mesmo da Baixada Fluminense –, trazendo à memória a história tanto das pessoas que viveram nessas localidades em outras épocas como a das que vivem no presente. Ao expor essas histórias, valoriza-se o protagonismo dos sujeitos comuns – aqueles que não têm visibilidade social e, por isto, passam anonimamente pela história oficial – e revela-se uma outra história “em que o cotidiano do homem comum seja o alimento da história e que essa memória substancie o patrimônio da cidade” (VIANA, 2016, p. 165).

A evocação da memória também se torna instrumento de luta e afirmação da identidade étnica e cultural. É o caso dos movimentos sociais populares, protagonizados pela

mobilização de trabalhadores, mulheres, negros, índios, homossexuais etc., que “reivindicam para si o alcance e o exercício dos direitos de cidadania e a participação política no processo decisório nacional” (ORIA, 2013, p. 129).

Vejamos o que diz Ulpiano Bezerra de Meneses a este respeito:

O tema da memória está em voga, hoje mais do que nunca. Fala-se de memória da mulher, do negro, do oprimido, das greves do ABC, memória da Constituinte e do partido, memória da cidade, do bairro, da empresa, da família. Talvez apenas a memória nacional, tantas vezes acuada (e tantas vezes acuadora) esteja retraída. Multiplicam-se as casas de memória, centros, arquivos, bibliotecas, museus, coleções, publicações especializadas (até mesmo periódicos). Os movimentos de preservação do patrimônio cultural e de outras memórias específicas já contam como força política e têm reconhecimento público. Se o antiquariato, a moda retrô, os *revivals* mergulham na sociedade de consumo, a memória também tem fornecido munição para confrontos e reivindicações de toda espécie (1992, p. 9).

Se a memória é fonte da história, a história é feita de escolhas de memórias. A história pode ser construída a partir de diferentes memórias e interpretações do passado. “A história difere da memória não apenas no modo como o conhecimento do passado é adquirido e corroborado, mas também no modo como é transmitido, preservado e alterado” (LOWENTHAL, 1998, p. 107). Assim como a memória individual, a memória social também é seletiva. O conhecimento histórico é produzido e compartilhado coletivamente. A memória corrobora a identidade pessoal e a história perpetua a autoconsciência coletiva.

No contexto da educação e, portanto, do ensino de história como disciplina escolar, Flávia Eloísa Caimi (2013, p. 29-30) define muito claramente os limites e as diferenças entre história e memória:

História e memória guardam aproximações importantes entre si, na medida em que ambas lidam com o passado e passam por um processo de seleção daquilo que deve ou não ser lembrado. Todavia, se diferenciam no que diz respeito aos critérios de seleção, uma vez que a história tem o compromisso acadêmico e científico com diversos componentes – fontes, regras, métodos, narrativa, plausibilidade, dentre outros –, ao passo que a memória consiste no conjunto de recordações compartilhadas, de esquecimentos compactuados, apoiando-se em instrumentos de lembrança (monumentos, datas comemorativas, imagens, rituais, mitos etc.), que se constituem nos “combates” pelo controle hegemônico do passado e da memória coletiva.

Para Pierre Nora (1993) história e memória não são sinônimas. Em seu texto *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, ele afirma: “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (p. 7). A responsável pelo esfacelamento da memória seria, para ele, a aceleração da história, fenômeno identificado por Koselleck. O efeito deste fenômeno é o distanciamento entre memória e história.

Nora aponta diversas diferenças entre estas duas categorias: enquanto “a memória é a vida” e está “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”, a história é “a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”; a memória é “um fenômeno sempre atual” enquanto a história é “uma representação do passado”; “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” enquanto “a história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas”. Ao final de suas comparações, conclui: “A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (p. 9).

Nora afirma que aquilo que chamamos hoje de memória nada mais é do que história. A memória verdadeira foi transformada por sua passagem em história. Tal memória deixou de ser espontânea e tornou-se um dever, levando à necessidade do seu registro em diferentes suportes.

Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado. O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação com o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável. (NORA, p. 14)

À medida que a memória tradicional foi desaparecendo houve uma materialização da memória, obrigando-nos “a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história”, segundo Nora (p.15). Surgem assim, os *lugares de memória*, cuja função é preservar uma memória que corre o risco de ser silenciada.

O sambaqui do São Bento tornou-se um *lugar de memória*: ou se preservava aquele local ou corria-se o risco de ter a memória da presença dos homens das conchas apagada da região do Grande São Bento, negando à população local o conhecimento dos primeiros habitantes daquelas terras.

Ulpiano Bezerra de Meneses (1992) ao discutir a fronteira entre memória e história, afirma que a memória deve ser reposta na condição de fato social e considera impossível o resgate da memória porque sua elaboração se dá no presente e para responder a solicitações do presente. Segundo ele, a memória, apenas, não dá conta do passado nas suas múltiplas dimensões e desdobramentos. “Somente a História e a consciência histórica podem introduzir a necessária descontinuidade entre passado e presente: História, com efeito, é a ciência da diferença” (p.12).

Os professores do Museu Vivo do São Bento e do CRPH indicam que não se deve hierarquizar os saberes, sejam eles de memória ou produzidos pelos historiadores. Entretanto, consideram que o papel da história é o da investigação; o de estabelecer olhares mais aprofundados sobre o objeto à luz da produção historiográfica. A produção do historiador é sempre coletiva, cabendo ao lugar de produção e a historiografia, dialógicas que permitam fazer perguntas aos documentos e à própria memória. Aliás, a memória é considerada documento a ser investigada, lida e compreendida. Filha do tempo, e dos lugares e da pessoa.

Sobre a memória individual e a memória coletiva, o autor diz que a primeira interessa às ciências sociais somente nos quadros da interação social, enquanto a segunda assegura a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância nos momentos de crise e pressão. Por não ser espontânea precisa permanentemente ser reavivada para manter-se. A memória nacional, por sua vez, é definida como “o caldo de cultura, por excelência, para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos” (MENESES, 1992, p. 15).

Refletindo sobre a diferença entre memória e história, ele afirma: “A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva” (MENESES, 1992, p. 22). Para Meneses (1992), a memória precisa ser tratada como objeto da História.

Mas nem sempre as memórias são evocadas. Há momentos, situações e lugares em que é possível identificar memórias que foram/são esquecidas ou silenciadas. Michael Pollak (1989) busca analisar os efeitos do silenciamento de algumas memórias. Partindo de uma perspectiva construtivista, na qual a memória coletiva é analisada considerando os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias, o autor faz uma crítica à memória nacional ou “memória oficial” que se estrutura a partir dos fatores de continuidade e de estabilidade, mas que não considera as memórias das culturas minoritárias e dominadas.

Segundo o autor, essas “memórias subterrâneas”, reabilitadas pela história oral, “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 4).

Essa memória em disputa presente nas lembranças, individuais e de grupos, em oposição a mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, pode ser transmitida no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política durante décadas ou até mesmo séculos. Lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas guardadas

zelosamente em estruturas de comunicação informais que passam despercebidas pela sociedade englobante (POLLAK, 1989, p.8).

A memória coletiva tem como função reforçar o sentimento de identidade e de pertencimento como podemos observar neste trecho que se refere à memória nacional:

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também suas oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso dos Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum (POLLAK, 1989, p. 9).

A isto Pollak chama de “trabalho de enquadramento”. Os limites desse trabalho de enquadramento se apresentam quando as memórias individuais são analisadas com os instrumentos da história oral, ou seja, de baixo para cima, revelando um “trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças” (p. 12).

Para este autor,

A memória é um elemento constituinte da identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (1992, p. 204).

E o patrimônio, de que forma ele pode contribuir para a formação de identidade e para o sentimento de pertencimento? Qual a relação entre patrimônio, memória e história?

José Reginaldo Santos Gonçalves (2009), refletindo sobre os sentidos e as noções da palavra “patrimônio”, diz que esta é uma palavra que está entre aquelas que usamos com mais frequência no cotidiano, afinal todos nós possuímos algum tipo de patrimônio. Em geral, o termo patrimônio presume a existência de um conjunto de bens materiais ou morais acumulados ou reunidos por um indivíduo ou por uma coletividade, ou ainda por uma instituição, ao longo de sua existência. Assim, podemos falar de patrimônio econômico, patrimônio financeiro, patrimônio imobiliário, mas também podemos usar a noção de patrimônio para nos referirmos àqueles de natureza cultural, artística, histórica, arquitetônica e ecológica, por exemplo.

Gonçalves afirma que a categoria patrimônio não é simplesmente, como se costuma pensar, uma invenção moderna, constituída a partir dos fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados nacionais. Para este autor, a categoria patrimônio tem caráter milenar e também se faz presente nas sociedades tribais. Ele apresenta o patrimônio como uma categoria de pensamento “extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” (p. 22), não se restringindo às modernas sociedades ocidentais.

A categoria patrimônio é uma construção histórica que resulta de processos de transformação e que continua em mudança. Um exemplo disso é o que podemos observar na noção de patrimônio cultural. Embora o patrimônio cultural envolva a dimensão material e a dimensão imaterial, seu caráter é indivisível. Entretanto, durante muito tempo, a concepção que predominou acerca do patrimônio cultural privilegiava apenas os bens de natureza material.

Atualmente o conceito de patrimônio cultural é entendido como um “conjunto de bens e práticas tradicionais capazes de unir determinada população em torno de uma representação de nação” (PEIXOTO, 2013, p. 51). No entanto, o conceito consolidado pelo senso comum sobre patrimônio cultural é o de que se trata de um conjunto de bens materiais preservados por seu valor arquitetônico, artístico ou histórico, ficando de fora o patrimônio de natureza imaterial. Tal visão foi influenciada pelas próprias instituições de preservação do patrimônio cultural, cujas políticas de preservação estavam voltadas principalmente para o patrimônio de *pedra e cal*, como aponta Maria Cecília Londres Fonseca (2003) ao discutir a ampliação da concepção de patrimônio cultural.

Patrimônios material e imaterial são as duas faces de uma mesma moeda, isto é, do patrimônio cultural, entendido como a produção dos homens nos seus aspectos emocional, intelectual e material e ainda todas as coisas que existem na natureza. Márcia Chuva (2015) faz uma interessante análise sobre a natureza material e imaterial do patrimônio cultural. Ela diz:

Um bem cultural pode ser incluído na categoria de patrimônio quando são atribuídos a ele sentidos e significados que o torna referência para um grupo, que se identifica com aquele bem, sendo um elo entre todos aqueles que compõem esse grupo. Por isso, todo patrimônio se constitui a partir de uma forte carga simbólica, que é imaterial ou intangível. Ao mesmo tempo, aquilo que é hoje reconhecido como patrimônio imaterial – as festas ou as celebrações, os modos de fazer, as formas de expressão e os lugares, [...] requer algum tipo de materialização para se concretizar, como por exemplo, uma oficina de trabalho com suas ferramentas, os figurinos das festas ou mesmo os espaços físicos onde ocorrem feiras, na categoria de lugares (p. 25-26).

Néstor Garcia Canclini (1994, p. 96), ao discutir o papel do patrimônio cultural no contexto mexicano, destaca que “diversos grupos se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural” e denuncia que “à medida que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições”, neste caso, escolas e museus. Ele faz uma crítica também à hierarquia dos bens culturais onde os artesanatos, a medicina popular e a cultura oral são menos valorizados que a arte, a medicina científica e a cultura escrita (CANCLINI, 1994, p. 97). Para o autor, o patrimônio cultural, isto é, aquilo que o conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos, é mais do que os bens físicos; a experiência vivida também é patrimônio cultural, ou seja, as linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos também se constituem patrimônio (CANCLINI, 1994, p. 99).

O Museu Vivo do São Bento, através dos seus percursos e de suas exposições, revela a natureza material e imaterial do patrimônio cultural da comunidade onde está inserido, pois nele se podem ver materializadas as vivências e os saberes acumulados ao longo do tempo nos objetos reunidos por moradores, nas edificações, nos monumentos, nos sítios arqueológicos existentes na região – marcas da presença humana que transforma o ambiente onde vive para o bem e para o mal; mas também através das tradições, das manifestações religiosas, das lutas pela sobrevivência e da arte de inventar, do jeito de morar e de fazer da população local, que o museu se propõe a preservar e divulgar. A identidade cultural de uma região se constrói a partir do seu patrimônio e se expressa a partir de sua população.

A gênese da noção de patrimônio cultural e das práticas de preservação desse patrimônio no Brasil remonta aos anos 1930, quando um grupo de intelectuais, com destaque para Mário de Andrade, preocupou-se com a necessidade de se estabelecer estratégias para preservação dos bens culturais que representavam a identidade nacional. A Mário de Andrade é atribuída a introdução de “ideias fecundas acerca da cultura brasileira e das políticas públicas para a sua preservação, as quais se tornaram balizas que inspiraram o pensamento brasileiro em certos domínios da cultura” (CHUVA, 2012, p. 149-150).

A noção de patrimônio cultural é uma categoria-chave para a orientação das políticas públicas de preservação cultural (CHUVA, 2012, p. 147). O processo de reconhecimento de manifestações musicais, artísticas e religiosas populares como partes constitutivas do patrimônio cultural realizou-se em um campo de conflitos e disputas de poder. E continua sendo assim, na medida em que muitas manifestações culturais, ainda não reconhecidas como patrimônio cultural, lutam para alcançar esse reconhecimento Brasil afora. É interessante

notar que é a partir do patrimônio cultural local das diferentes regiões do país que se constitui o patrimônio cultural nacional.

Sonia Regina Miranda (2013), ao discutir a relação entre memória e patrimônio, chama a atenção para a disputa existente entre estes dois campos no que tange às políticas públicas de preservação do patrimônio. Mário Chagas (2009) e Márcia Chuva (2012) também ressaltam a relação entre memória e poder subjacente ao patrimônio.

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, abriu caminho para as mudanças que viriam no âmbito do patrimônio cultural ao ampliar a noção de direitos e reconhecer como dignos de serem preservados, além dos bens culturais de natureza material aqueles de caráter imaterial. O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, ao instituir o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, possibilitou que manifestações da cultura popular, fruto da diversidade brasileira, se constituíssem, a partir daquela data, Patrimônio Cultural Brasileiro, permitindo o surgimento de novos canais de expressão cultural e luta política de grupos da sociedade civil antes silenciados, mas que são detentores de práticas culturais locais e tidas como tradicionais (ABREU, 2007). Assim, grupos até então marginalizados pelas políticas preservacionistas passaram a disputar e a ocupar espaço na cultura nacional.

2.3 Os significados políticos da construção de um Museu em Duque de Caxias no Rio de Janeiro

Um museu é, segundo a definição do ICOM (Conselho Internacional de Museus),

uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu ambiente para fins de estudos, educação e lazer (ICOM: Estatutos, Artigo 3º, 2007)²⁸.

Partindo da definição de museu elaborada pelo ICOM, podemos perguntar: Por que criar um museu em Duque de Caxias? Que tipo de patrimônio pode haver neste município da Baixada Fluminense que justifique a criação de um museu? Se existe tal patrimônio, que importância histórica tem? De que maneira este museu pode contribuir para o desenvolvimento da comunidade onde está inserido?

²⁸ Disponível em: < http://icom.museum/index_fr.html >. Acessado em : Julho de 2016.

Muitas pessoas que vivem em Duque de Caxias pouco sabem sobre sua história. O município foi criado, ou melhor, emancipado de Nova Iguaçu em 1943, mas a história da ocupação do território é muito mais antiga do que pensa a maioria da população. Poucos sabem sobre a existência de vestígios arqueológicos deixados pelos povos dos sambaquis, que viveram há mais de 4 mil anos no lugar, e pelos índios tupinambás, que habitavam as cercanias da Guanabara antes da chegada dos portugueses, assim como também desconhecem que esta mesma região abrigou diversos quilombos a ponto de ser chamada pelas autoridades responsáveis por capturar escravos fugidos e destruir os quilombos, de Hidra de Iguaçu, em alusão à Hidra de Lerna²⁹ (VIANA, 2016).

A Baixada Fluminense também esteve diretamente ligada à questão do abastecimento do Rio de Janeiro desde o período colonial (BEZERRA, 2011) até o início do século XX (SOUZA, 2014). Fez parte dos caminhos por onde escoava o ouro das Minas Gerais, o Caminho Novo (BRAZ; ALMEIDA, 2010). Como testemunho desse período, ainda existem construções que foram tombadas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e fazem parte, portanto, do patrimônio cultural nacional, como, por exemplo, a Igreja Nossa Senhora do Pilar, cuja edificação é do século XVIII mas sua organização data do século XVII.

Ao longo do século XX, também foi palco de diversos acontecimentos importantes relacionados à história nacional, como a instalação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), no distrito de Xerém, e a organização das colônias agrícolas na Baixada Fluminense, especialmente em Caxias, como parte do projeto de colonização e de desenvolvimento industrial do Estado Novo (SOUZA, 2014).

Compreender a Baixada Fluminense como lugar de memória e de História contribui para a construção/afirmação da identidade local, dando ao morador desta localidade um outro olhar sobre o lugar e sobre si mesmo, elevando sua autoestima. Neste sentido, o Museu Vivo do São Bento desempenha um papel importante porque trabalha com o resgate de memórias, transformando, por exemplo, a história oral em conhecimento científico através do seu registro.

Atualmente o município de Duque de Caxias possui mais de 800 mil habitantes³⁰, de acordo com o Censo 2010, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). No

²⁹ A Hidra, na mitologia grega, era um monstro com corpo de dragão e três cabeças de serpente (quando uma delas era cortada cresciam outras duas no mesmo lugar) que habitava um pântano junto ao lago de Lerna. Era filho de Tifão e Equidna.

³⁰ Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330170> > Acessado em: Novembro de 2016.

entanto, em 1910, quando ainda era o quarto distrito de Nova Iguaçu e se chamava Merity, a população era de pouco mais de 800 habitantes, um número bem inferior aos 10.542 habitantes apontado no censo estadual de 1872. Esta queda populacional vertiginosa teve como causas crises econômicas e ecológicas na região. Chama a atenção o fato de, em 1930, apenas 20 anos depois, um novo censo revelar uma população de 28.756 habitantes. Antonio Augusto Braz (2010), autor do livro “De Merity a Duque de Caxias: encontro com a História da cidade”, onde analisa estes dados, atribui o crescimento populacional ao processo migratório que reconfigurou socialmente a região que viria a se tornar Duque de Caxias.

A partir das primeiras décadas do século XX, Caxias passou a receber levas de migrantes vindos de várias regiões do país, especialmente do nordeste. Vinham em busca de melhores oportunidades na então capital, o Rio de Janeiro, e acabavam fixando residência em Caxias³¹.

Apesar de ser o município com a segunda maior arrecadação de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços)³² no estado do Rio de Janeiro, só perdendo para a capital fluminense, e estar entre os maiores PIB (Produto Interno Bruto) do país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³³, um passeio pela cidade mostra que a realidade para a maioria da população não reflete esta riqueza. Duque de Caxias tem uma carência de equipamentos urbanos e de políticas públicas que precisa ser suprida para melhorar a qualidade de vida de uma grande parte dos cidadãos³⁴.

Cabe ainda pontuar que se a História – seja ela local, regional, nacional ou internacional – deve ser lida em conexões e em dialógica com a historiografia, ao visitar os lugares de memória e de história local realiza-se um esforço de investigação acerca do movimento do homem no tempo, independente do território em que ele está inserido.

³¹ Na década de 1950, meus avós paternos deixaram o norte fluminense rumo ao Rio de Janeiro, porém acabaram estabelecendo-se mesmo em Caxias com seus filhos, assim como minha mãe, que deixou o sul de Minas Gerais para estudar no Rio de Janeiro e tornou-se moradora de Duque de Caxias. Em ambos os casos, o objetivo inicial era o de morar na capital.

³² Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330170&idtema=152&search=rio-de-janeiro|duque-de-caxias|produto-interno-bruto-dos-municipios-2013>> Acessado em: Novembro de 2016.

³³ Disponível em:< https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Brasil_por_PIB> Acessado em: Novembro de 2016.

³⁴ Ainda hoje, o discurso que se ouve pela cidade é o de que “Caxias não tem nada!”. A despeito da carência material, Duque de Caxias possui um extraordinário patrimônio cultural que está presente no cotidiano da cidade.

3 DIÁLOGOS COM PROFESSORES DE HISTÓRIA DE DUQUE DE CAXIAS

Neste capítulo, são analisadas as potencialidades da História Local nos projetos de formação docente, tendo como referência o trabalho desenvolvido pelo Museu Vivo do São Bento com professores da rede pública de Duque de Caxias, através dos Grupos de Estudos, visando a formação continuada do professor e, conseqüentemente, o ensino da história local aos estudantes. Apresentamos como proposição deste trabalho de pesquisa, uma atividade de formação continuada, em formato de oficina, voltada para o ensino de História, que possibilite ao professor do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental abordar temas da História do Brasil, apontados nos currículos escolares e tratados nos livros didáticos, a partir de uma perspectiva que inclui a história local, utilizando alguns patrimônios do Museu Vivo do São Bento a fim de buscar, desta maneira, aproximar as vivências cotidianas dos alunos de uma história mais ampla, isto é, a história nacional/global.

3.1 As potencialidades da História Local em Projetos de Formação de Professores

Entre os muitos papéis desenvolvidos pela escola na atualidade está o de formar cidadãos. Para alcançar tal objetivo, esta instituição precisa garantir aos jovens estudantes acesso ao conjunto de conhecimentos elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. Mas o que vem a ser cidadania? O que faz do indivíduo um cidadão? Que tipo de cidadão a escola almeja formar?

O conceito de cidadania, assim como tantos outros, sofreu transformações ao longo do tempo. O modo como lidamos hoje com ele e, portanto, o interpretamos, é bastante distinto daquele que se tinha na Grécia e Roma da Antiguidade e na Europa da Idade Média, por exemplo. Na atualidade, tal acepção alicerça-se com o surgimento da Modernidade e na estruturação do Estado-Nação. O termo cidadão, hoje, designa aquele que pertence a uma comunidade politicamente articulada – um país – e possui um conjunto de direitos e deveres estabelecidos por uma constituição. Um cidadão, portanto, possui uma nacionalidade, pois ele pertence a um Estado-Nação, o que lhe confere direitos civis, políticos e sociais. Tais direitos devem estender-se à totalidade da população de uma nação. Aqui estamos considerando o pensamento do mundo ocidental.

Mas o fato de um indivíduo ter nacionalidade brasileira, por exemplo, lhe garante todos os direitos de cidadania? Certamente não. Cidadania é muito mais do que o direito de escolher seus representantes institucionais e ser representado por eles. Para uma grande parcela da população, os direitos sociais ainda são uma realidade distante. Convém lembrar que os direitos sociais dependem da ação do Estado para serem concretizados. Muitos moradores de localidades pobres, como tantas espalhadas pela Baixada Fluminense e pelo Brasil afora, ainda lutam pelo direito à moradia, à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho. Podemos somar a essas lutas, o direito à memória e à história. Uma história que revela a exclusão social, a invisibilidade e os silenciamentos impostos a essas pessoas, porém mantida à margem da História oficial.

É principalmente após o fim da 2ª Guerra Mundial que notamos um considerável aumento na luta por direitos sociais ao redor do mundo. No Brasil, essa mobilização social se dá principalmente a partir da década de 1980. Entretanto, apesar dos avanços obtidos pela atuação dos movimentos sociais e a efetiva participação da população nas últimas décadas através de lutas no Brasil e no mundo, a cidadania ainda não está ao alcance de todos.

Se a cidadania é um direito de cada indivíduo, por que alguns grupos sociais precisam lutar para conquistá-la? Por que lhes são negados os direitos básicos? Como garantir, então, a essas populações pobres e marginalizadas o direito à cidadania?

Conhecer sua própria história é fundamental para que um grupo tome consciência de si e de sua identidade social. Muitas desigualdades e injustiças sociais observadas nas comunidades em que há ausências de direitos básicos podem ser compreendidas quando analisadas em seu contexto histórico. Assim, podemos perceber como elas foram sendo construídas e mantidas ao longo do tempo.

Ao longo desses quinze anos, como professora de História da educação básica, tenho observado que essa história não está registrada nos livros didáticos – uma das principais ferramentas de ensino utilizadas na escola –, mas está fortemente representada no que podemos denominar de *memória da comunidade*, expressa por meio dos relatos orais, nos lugares, no jeito de viver e fazer, nos patrimônios revestidos de significados ou destituídos deles, nas pessoas que habitam e nas que habitaram aquele território. Um dos caminhos para a reflexão sobre o passado é através das memórias suscitadas pelas demandas do presente.

A construção de uma memória coletiva tem como função reforçar o sentimento de identidade e de pertencimento. Não se trata apenas de rememorar fatos ocorridos em uma

determinada localidade, em uma época específica – tarefa dos memorialistas³⁵ –, mas sim de uma reflexão sobre as relações construídas socialmente e das relações estabelecidas entre o indivíduo, o grupo e o mundo social ao longo do tempo, e de como isso se reflete no presente e pode orientar o futuro.

Neste sentido, a História Local favorece a valorização e a construção de identidades individuais e sociais. Deste modo, pode se transformar em uma importante ferramenta na criação de uma nova realidade social que vise a produção de outras subjetividades individuais.

Em artigo, Barros (2013) apresenta uma definição do que se entende por História Local. De acordo com esse autor, trata-se de:

(...) uma modalidade de estudos históricos que contribui para a construção dos processos interpretativos sobre as formas como os atores sociais se constituem historicamente e seus modos de viver, situados em espaços que são socialmente construídos e repensados pelo poder político e econômico na forma estrutural de “bairros e cidades” (p. 15)³⁶.

Perceber-se como um agente social, isto é, um indivíduo capaz de agir para transformar a realidade social em que vive, é fundamental para que mudanças de fato ocorram. Dessa forma, parte-se do pressuposto que a formação da cidadania se dá quando há uma reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio e sua participação no coletivo. Um cidadão luta por seus direitos, mas também se mobiliza pela garantia dos direitos da comunidade a qual pertence.

Assim, com a participação individual e coletiva, surgem os sujeitos históricos que lutam, por exemplo, para preservar um bem cultural ameaçado de desaparecer ou eleger outros que melhor os represente, para brigar por melhorias que garantam qualidade de vida para a comunidade, entre outras coisas que sejam do interesse da coletividade. Creio que seja este tipo de cidadão crítico e ativo que a escola atual deseja formar.

O professor tem um papel importantíssimo neste processo. Suas escolhas pedagógicas poderão ser determinantes para que esse aluno estabeleça conexões entre o presente e o passado, entre os diferentes grupos sociais desta e de outras épocas e seus modos de viver, entre as diferentes culturas, e, a partir dessas relações, possa construir sua identidade pessoal e social. E, principalmente, possa perceber que ele está inserido numa história maior, que vai

³⁵ Aqueles que se dedicam a escrever memórias históricas ou literárias.

³⁶ BARROS, Carlos Henrique Farias. *Ensino de História, Memória e História Local*. Disponível em: <www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/junho2013/historia_artigos/barros.pdf> Acesso em: Nov 2016.

além da localidade onde mora. Numa perspectiva dialógica, professor e estudante se apropriarão do conhecimento histórico que é produzido socialmente.

Essa tomada de consciência da identidade pessoal e social precisa ter como parâmetro o *outro*. É o princípio da alteridade. A história local não pode ser compreendida isoladamente. É na comparação com o *outro* – que pode ser um outro lugar, uma outra etnia, uma outra cultura, uma outra época etc. – que se estabelecem as semelhanças e as diferenças. São conexões que contribuem não apenas para o fortalecimento das identidades, mas para a construção do conhecimento histórico.

A educação tem um importante papel na formação do indivíduo e pode se dar em diferentes ambientes e contextos. Segundo Helena Araújo (2012, p. 86), “[a] educação é uma prática social complexa, multiforme, permanente, por isso ela não acontece só na escola, mas também nas bibliotecas, nos museus, nos cinemas, com a televisão, a internet, na família, no clube, no bairro, com a vizinhança etc.”.

Esta compreensão de que a aprendizagem acontece em diferentes espaços educativos pode abrir um leque de possibilidades ao trabalho do professor. Um passeio pelas ruas do bairro, por exemplo, buscando evidências de outras temporalidades presentes no cotidiano dos alunos poderá facilitar sua compreensão da historicidade de cada lugar. Possibilitar aos alunos a oportunidade de deparar-se com outras realidades, semelhantes ou diferentes da sua, é permitir que ele amplie sua leitura do mundo e construa seu próprio conhecimento.

Assim como qualquer profissional, o professor precisa buscar meios eficientes de realizar sua tarefa, que no caso é educar. A formação continuada é essencial para que o professor mantenha-se em reflexão, acessando as produções acadêmicas historiográficas mais recentes, além de ser um momento de troca com seus pares e de incentivo à pesquisa. Logo, é necessário a todos os experimentos e convivências em ambientes que favoreçam conexões, estudo, pesquisa e comunicação integral.

Foi pensando nesta necessidade de formação continuada que o CRPH e o Museu Vivo do São Bento passaram a oferecer grupos de estudos para os professores da rede pública de Duque de Caxias, com uma temática voltada para a educação patrimonial e a História local. Entre as bandeiras defendidas por estas duas instituições, junto aos professores e também à comunidade, destaca-se a luta pelo direito ao patrimônio e pelo direito à pesquisa. Reconhece-se assim, o professor como sujeito do conhecimento e não como mero reprodutor da produção alheia. A formação proposta tem como finalidades aproximar a docência e a produção acadêmica; aproximar a ciência do território local; promover ações de investigação no campo

das ciências do homem juntamente com os professores valoriza o caminho da pesquisa como caminho pedagógico, que valoriza o indivíduo e aproxima as pessoas.

3.2 O investimento do Museu Vivo do São Bento na realização de programas formativos aos professores da Baixada Fluminense

Desde 2006, o Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias – CRPH promove cursos de formação para professores da rede pública sobre a História local e regional. Esses cursos são chamados de “Grupos de Estudo da História da Baixada Fluminense e do Município de Duque de Caxias” ou, simplesmente, Grupos de Estudos. Eles estão organizados em três módulos: Grupo de Estudos 1 - *História da Baixada Fluminense. Dos Primeiros Habitantes ao Século XIX*; Grupo de Estudos 2 - *História do Município de Duque de Caxias. Da Transição do Rural para o Urbano aos Anos 50*; Grupo de Estudos 3 - *História do Município de Duque de Caxias. Dos Anos 60 ao Tempo Presente*. Cada grupo possui 36 horas de estudos e o professor inscrito recebe material didático, textos de apoio ao estudo e participa de trabalhos de campo³⁷. Os Grupos de Estudos (G.Es.) são oferecidos a cada semestre, com encontros mensais. Atualmente as reuniões acontecem em espaços como o Auditório da Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Espaço de Formação do SEPE/ Núcleo Duque de Caxias e contam com a presença de, aproximadamente, 50 participantes. O professor da rede municipal que participa desses encontros tem o ponto abonado pela SME. Cabe lembrar que a iniciativa de inscrever-se no curso é do professor. Destacamos, ainda, que o curso é aberto a qualquer pessoa interessada na História local.

Em seus relatórios anuais de prestação de contas, o CRPH e o Museu Vivo do São Bento apresentam o perfil dos participantes desses grupos de estudos: em sua maioria, professores da rede pública municipal e estadual, do 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, com diferentes áreas de atuação (Língua Portuguesa, História, Artes, Geografia), pedagogos, professores de cursos pré-vestibular alternativos, militantes do Movimento Negro, do MUB, do SEPE-Caxias e do Conselho Municipal de Meio Ambiente, estudantes de diferentes universidades privadas e públicas, pesquisadores da Baixada Fluminense, moradores comuns interessados na História da cidade.

³⁷ A atividade de campo consiste no trabalho de visitação de um percurso temático pela Baixada Fluminense, pelo município e territórios vizinhos que dialogam com a História e o meio ambiente local.

Figura 20 - Atividades realizadas nos Grupos de Estudos, em 2007



Fonte: Acervo: CRPH/Duque de Caxias

Ao término de cada Grupo de Estudos é proposta uma avaliação individual do trabalho realizado, sendo a identificação do participante facultativa a fim de garantir a espontaneidade da fala. Essa avaliação é útil para que a equipe responsável pelos G.Es. possa repensar o trabalho que foi desenvolvido ao longo do semestre, seus limites e a necessidade de reformulações. Segundo Marlúcia Santos de Souza, uma das responsáveis pelos Grupos de Estudos, muitas mudanças foram feitas a partir das sugestões dos participantes, como por exemplo, a criação do Grupo de Estudos 3, que levou à reestruturação dos demais grupos, devido à impossibilidade de tratar de toda a História da cidade em apenas cinco encontros.

Embora os G.Es. tenham iniciado em 2006, só tive acesso aos relatórios anuais de 2007 em diante. No entanto, a transcrição das avaliações no relatório anual só foi feita nos primeiros anos, pois com o aumento e a intensificação das atividades do Museu Vivo do São Bento e do CRPH, que conta com uma equipe reduzida, isso se tornou muito trabalhoso.

Os trechos a seguir são de algumas dessas avaliações e foram extraídos dos relatórios anuais de 2007 e 2008:

Antes do grupo de estudos eu não sabia da importância da Baixada Fluminense para a capital do Rio de Janeiro. De uma maneira geral as pessoas têm uma visão equivocada da Baixada. Adorei a oportunidade de aprender sobre meu habitat. O material oferecido é muito rico e organizado. [...] (Participante do G.E. 1, realizado na Biblioteca Municipal Leonel Brizola, 1º sem/ 2007)

Nós, moradores, ainda não valorizamos a nossa História, mas para fazê-lo [*sic*] precisamos conhecê-la. Mesmo não sendo da área de História, mas cidadã caxiense, pude obter informações proveitosas sobre a História do país e da nossa cidade, marcada por tantas mudanças. Gostei muito das apresentações aqui feitas pelos profissionais de História. Parabéns pelo compromisso com ávida [*sic*] de nossa cidade e com a transmissão do conhecimento. (Participante do G.E. 2, realizado no IBEEA, 1º sem/ 2007)

Como professora deste Município sentia-me insegura para discutir com os meus alunos sobre o Município que eles moravam. E valorizar o espaço que eles viviam era difícil devido a imagem mentirosa sobre o local [*sic*], porém agora podemos debater sobre o passado e o presente do Município, dos atores sociais que fizeram desse município o que ele é hoje. Para mim é o começo de muito estudo e esse módulo foi bárbaro. (Participante do G.E. 1, realizado na FEUDUC, 1º sem/ 2007)

Curso muito bom, principalmente para mim que moro no Rio de Janeiro e trabalho em Caxias. O Grupo de Estudos 2 poderia ser desdobrado devido ao grande número de informações. É bom para o professor manter-se em estudo. (Participante do G.E. 2, realizado no IBEEA, 2º sem/ 2007)

A História, por sempre estar interligando um assunto no outro, não foi só da Baixada, mas de tudo o que acontecia no seu entorno. Isto proporcionou uma localização cronológica dos acontecimentos e de sua importância, nos possibilitando conhecer mais a História de nosso país. [...] O curso até me despertou a vontade de fazer História. Quem sabe! (Participante do G.E. 1, realizado na FEUDUC, 1º sem/ 2007)

Muito bom poder avaliar coisas que nos incentivam e nos permitem avançar e crescer em nosso conhecimento. O curso nos permite descobrir como ser integrante e participativo da História. Nos revela a História viva, onde cada um é um elo fundamental na construção de um município, de uma cidade, e de um país. Nos mostra que a História está presente em cada gesto de cada pessoa. É muito enriquecedor estar presente às aulas. (1º sem/ 2008)³⁸

As falas dos participantes nas avaliações confirmam o que observamos anteriormente: a história do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense é pouco conhecida pelos moradores da cidade e por aqueles que nela trabalham. Estas são apenas algumas das dezenas de falas contidas nos relatórios aos quais tivemos acesso. Nelas podemos perceber o entusiasmo dos participantes com a possibilidade de conhecer mais sobre a História local e regional e de como esse conhecimento pode repercutir em sua prática docente, assim como as conexões estabelecidas pelos participantes entre a História local e a nacional a partir dos conhecimentos construídos ao longo do curso.

³⁸ No relatório de 2008 as avaliações não estão identificadas por G.E.

Entendo, assim como a equipe do Museu Vivo do São Bento e do CRPH, que o ensino da história local deve começar com o professor. Para que este profissional possa atuar sobre um determinado território é necessário que ele tenha uma relação afetiva com o lugar, conheça sua história, sua gente e suas memórias, seus patrimônios. Tendo participado dos G.Es. oferecidos no 1º e 2º semestres de 2007, posso afirmar que após o curso, minha relação com a cidade mudou; e não mudou apenas o meu olhar, mas minha reflexão sobre ela.

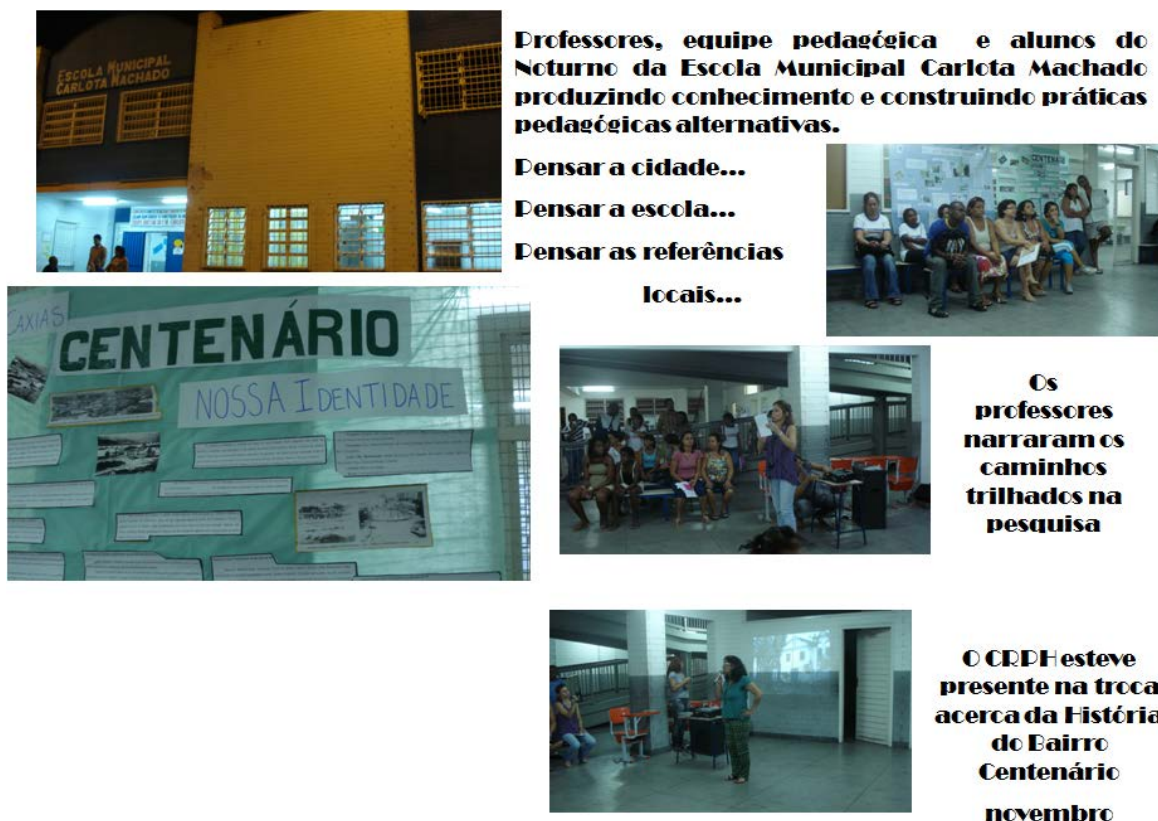
Muitas vezes, as jornadas de trabalho e a correria do dia a dia nos impedem de refletir sobre a realidade que nos cerca e deixamos de aproveitar, como professores, os acontecimentos do cotidiano, aqueles corriqueiros vivenciados por nós e por nossos alunos, mas que tanto podem potencializar o processo de ensino-aprendizagem de História, aproximando aquilo que parece tão distante.

Segundo Agnes Heller (1991), “[a] vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens singulares, os quais, por sua vez, criam a possibilidade de reprodução social” (*apud* BARROS, 2013, p. 9). Assim como o cotidiano pode reproduzir uma realidade social, que pode ser de subalternização, ele também pode transformar essa realidade quando utilizado como objeto de estudo, de reflexão. De acordo com Bittencourt (2011), “[o] cotidiano deve ser utilizado como objeto de estudo escolar pelas possibilidades que oferece de visualizar as transformações possíveis realizadas por homens comuns, ultrapassando a ideia de que a vida cotidiana é permeada de alienação” (p.168.).

Desde a promulgação da lei municipal que tornou obrigatório o ensino da história da cidade nos currículos escolares em Duque de Caxias, houve um significativo aumento na produção historiográfica sobre esse município, bem como a Baixada Fluminense. A montagem dos Grupos de Estudos pela equipe de historiadores e professores do Museu Vivo do São Bento e do CRPH tem possibilitado aos professores cursistas o contato com essas pesquisas e produções mais recentes. Os G.Es. têm se mostrado um meio eficiente de fazer com que esse conhecimento científico sobre a cidade chegue às salas de aula através dos professores, fazendo-o circular para além da academia.

Por outro lado, além de aprenderem mais sobre a História local, os professores são incentivados a produzir, com seus alunos, nas comunidades escolares onde atuam, o conhecimento de suas próprias histórias, das histórias invisíveis, buscando, assim, a valorização das identidades locais e dos sujeitos históricos. Desta maneira, novos conhecimentos sobre a história local são produzidos tanto no interior da escola como fora dos seus muros, ampliando as narrativas da cidade e de seu patrimônio.

Figura 21 - Atividades realizadas por alunos e professores da E.M. Carlota Machado sobre a história do bairro Centenário/DC



Fonte: ppt CRPH/DC

O CRPH propõe, por meio dos Grupos de Estudos, uma formação continuada que se dá no fazer diário. Há uma preocupação em socializar as pesquisas que são feitas sobre o território da Baixada Fluminense e o município de Duque de Caxias, permitindo que haja uma renovação dessa história local que se constrói coletivamente.

3.3 A construção da oficina: “Diálogos com os Patrimônios de Caxias: as potencialidades do Museu Vivo do São Bento”

[...] a preocupação maior, na atualidade, é estabelecer articulações constantes, nas diferentes séries, entre o *local*, o *nacional* e o *geral*.
 (BITTENCOURT, 2011, p. 114)

O ensino da história local ganhou espaço nas reformas curriculares de estados e municípios a partir da década de 1980, no contexto de mudanças provocadas pelo processo de democratização vivido no Brasil.

O texto a seguir, extraído dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), mostra a preocupação dos professores em buscar novos caminhos para o ensino de História que desse conta de privilegiar conteúdos mais próximos da realidade vivida pelos alunos.

Nas décadas de 80 e 90, alguns professores começaram a denunciar a impossibilidade de transmitir o conhecimento de toda a história da humanidade em todos os tempos. Outros questionaram se deveriam iniciar o ensino pela História do Brasil ou pela Geral, optando alguns por uma ordenação sequencial e processual, que intercalasse os conteúdos num processo contínuo da Antiguidade até nossos dias. Partindo da crítica à abordagem eurocêntrica, alguns iniciaram estudos pela ótica dos povos da América. Outros introduziram conteúdos relacionados à história local e regional (Brasil, 1998).

Vale lembrar que na década de 1980, o debate acerca do currículo da História ensinada no ensino fundamental e médio levou os profissionais da educação no Estado do Rio de Janeiro a pensar os caminhos a seguir. Dois currículos estavam em curso: o tradicional, que organizava os conteúdos de História do Brasil separadamente da História Geral e o integrado, que articulava o movimento do homem vivido no âmbito nacional e no internacional. Nesta arena de disputa, o integrado ganhou terreno à medida em que havia um entendimento acerca das conexões e interferências das conjunturas globais no nacional.

Após mais de três décadas de currículo integrado vale indagar acerca do silêncio ou do isolamento da História Local e Regional. Quando que a História ensinada integrará o aluno e o seu território? Quando o estudante de fato poderá se sentir sujeito do conhecimento e de sua própria história? O que falta para que se garanta espaço na sala de aula para o aluno se ver e estabelecer leituras de seu mundo integrado ao regional, ao nacional e ao global?

Uma outra indagação relevante está relacionada a ausência de intimidade do aluno com a pesquisa e com a ciência. O mesmo ocorre no que tange ao papel do professor que muitas vezes também se mantém distante do caminho da investigação e da produção.

O CRPH e o Museu Vivo do São Bento vêm atuando no sentido de reduzir essa dicotomia integrando assim a história local e a macro. A partir da experiência existente, queremos propor o uso dos patrimônios que fazem parte do percurso do Museu Vivo do São Bento e que estão relacionados aos currículos escolares.

3.3.1 As justificativas teórico-metodológicas

São muitas as possibilidades de uso dos patrimônios locais. Para esta proposição, escolhemos o Sambaqui do São Bento por ser um dos patrimônios mais visitados no percurso do museu. A luta por sua preservação foi um passo importante para estabelecer as ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo museu.

A visita ao Sítio Escola Sambaqui do São Bento oferece a possibilidade de contato com os estudos arqueológicos desenvolvidos no local, cuja escavação foi feita em 2010, pelos técnicos do Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB. Além disso, no Sítio Escola o visitante tem acesso à exposição referente aos povos das conchas nas cercanias da Guanabara, o que permite uma maior intimidade com o ofício do arqueólogo e com o Tempo das Conchas, estabelecido pelo museu como o tempo dos primeiros habitantes caçadores, pescadores e coletores.

A experimentação abre pontes para pensar outra temporalidade estabelecida pelo museu, o Tempo da Jacutinga, marcado pela chegada dos tupinambás nas cercanias da Guanabara por volta de 3 a 2 mil anos A. P. (Antes do Presente). No atual território de Duque de Caxias foram encontrados vestígios de ocupações de aldeias tupis como a do Sarapuí e a da Jacutinga. Grupos tribais formados por agricultores ceramistas que nomearam fauna, flora, recursos hídricos, relevo, etc deixando assim, memórias de sua presença no lugar. Urnas funerárias, adornos, cerâmicas, cachimbos, etc. foram encontrados pelo IAB. Os acervos ajudam a contar esse tempo, assim como podem indicar a possibilidade de estudos acerca dos tupis e de sua cultura no território fluminense. Nesse sentido, optamos por propor uma oficina que ajude a pensar as falas do corpo em comunidades tradicionais do passado e do presente, bem como das sociedades urbanas contemporâneas.

A proposição que apresentamos é no formato de oficina por ser uma metodologia de trabalho que prevê a formação coletiva, na qual há momentos de interação e troca de saberes a partir de uma horizontalidade na construção do saber inacabado. Sua dinâmica toma como base o pensamento de Paulo Freire no que diz respeito à dialética/dialogicidade na relação educador e educando, ou seja, uma dinâmica democrática, participativa e reflexiva que toma como fundamento do processo pedagógico a relação teoria-prática, sem enaltecer a figura do educador como única detentora dos conhecimentos.

3.3.2 A oficina

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”
(Paulo Freire)

Apresentamos a oficina como uma estratégia de ensino aos professores de História, que poderão utilizá-la com seus alunos.

Será necessário que o professor explique previamente aos estudantes o que é um sambaqui, suas características principais, locais de ocorrência mais frequentes, etc. A visita guiada ao Sítio Escola deverá ser agendada com antecedência.

Tema da Oficina: As Falas do Corpo: Ontem e Hoje, Aqui e Lá

Objetivo: Pensar as falas do corpo em comunidades tradicionais do passado e do presente, bem como das sociedades urbanas contemporâneas.

Público-Alvo: alunos 6º ao 9º ano do ensino fundamental

Duração: 2 horas aproximadamente

A oficina divide-se em 4 momentos, que serão apresentados a seguir.

3.3.2.1 Visita guiada ao Sítio Escola Sambaqui São Bento

O primeiro momento é uma visita guiada ao Sítio Escola Sambaqui São Bento, onde os alunos poderão ver de perto os vestígios deixados pelos povos das conchas. Essa experiência permitirá ao aluno identificar características do Tempo das Conchas e do ofício do arqueólogo. Duração: 40 min aproximadamente

Além da visita, serão utilizadas fichas contendo imagens da escavação de 2010 para identificar o ofício do arqueólogo e o formato do sítio escola. Essas imagens ajudarão o aluno a perceber a importância da necessidade de preservação das escavações, visto que, por ser um sítio de encosta, vem sofrendo com a erosão do terreno.

Material necessário: Fichas contendo imagens da escavação de 2010 (fig.27, 28 e 29).

3.3.2.2 O Tempo da Jacutinga

No segundo momento, os alunos deverão seguir para a sede administrativa do museu para conhecer algumas referências do Tempo da Jacutinga e assistir a uma apresentação com *data show*. Duração: 20 min aproximadamente

Após a apresentação, os alunos se dividirão em grupos para a leitura reflexiva do texto *Pintura Corporal: O Corpo Fala*. O objetivo é reconhecer as linguagens corporais como sinais de pertencimento tribal ou comunitário e marcas culturais das coletividades.

Material necessário:

- *Data show*
- Fichas contendo o texto *Pintura Corporal: O Corpo Fala* (fig.31).

3.3.2.3 O Corpo Fala

No terceiro momento, após leitura e debate do texto distribuído, será feita a apresentação do *powerpoint* *O Corpo Fala*. O objetivo é pensar e refletir as diferentes formas de falas do corpo no mundo contemporâneo. Duração: 15 min aproximadamente

Material necessário:

- *Powerpoint* *O corpo Fala* (fig. 22 a 26)

3.3.2.4 Como o corpo fala no mundo atual

No quarto momento, os alunos ouvirão e analisarão a música *Kirimurê*, interpretada por Maria Betânia. Em seguida, em grupo, realizarão pintura corporal em uma silhueta humana desenhada no papel. Um aluno servirá de modelo, deitando-se sobre duas folhas de papel 40 kg, coladas verticalmente uma na outra, e tendo seu corpo contornado no papel com um pincel atômico (tipo Pilot). O objetivo é desenhar e pintar no corpo nu representado na folha de papel marcas de fala do corpo na atualidade com vistas a mapear referências do cotidiano do participante na oficina. Duração: 25 min aproximadamente

Material necessário:

- Equipamento para reproduzir a música
- Música Kirimurê
- 2 folhas de papel 40 kg coladas uma na outra verticalmente
- Pincel atômico (tipo Pilot)
- Lápis de cera
- Tinta guache

Após o término da atividade, os alunos terão a oportunidade de expressar o que sentiram ao participar da oficina.

3.3.3 A seleção dos materiais: usos pedagógicos

Os materiais selecionados para a realização da oficina têm por objetivo contribuir para a compreensão dos alunos acerca das diferentes formas de fala no mundo contemporâneo.

Imagens

Figura 22 – Pintura nas mãos

Pintura nas mãos

Um dia antes de seu casamento, a noiva indiana tem mãos, braços e pés pintados por amigas e mulheres da família. Sua pele ganha a decoração de elaborados desenhos, cheios de beleza e significado. Chamada de mehndi, essa arte milenar de pintura corporal usa os grafismos de henna para, além de enfeitar a mulher, protegê-la e trazer boa sorte na vida nova que se inicia. Depois de feita, a tatuagem leva cerca de dez dias para sumir e, tradicionalmente, só é permitido à noiva retomar as tarefas domésticas após os desenhos terem desaparecido completamente da pele. Além de aparecer em casamentos, a pintura é utilizada também em ocasiões como enterros e batizados.



Fonte: CRPH/DC

Figura 23 – Mulheres Girafas

Mulheres Girafa

No final da década de 1980 e início da década de 1990, devido ao conflito com o regime militar de Myanmar, muitas tribos Kayan fugiram para áreas de fronteira na Tailândia. Entre os campos de refugiados havia um setor dos Kayan que tornou-se um local turístico e auto-suficiente a partir das receitas desse turismo; diante dessas receitas, seus habitantes passaram a não depender de assistência financeira.

As mulheres da tribo, em sinal de beleza, desde jovens, usam anéis de cobre no pescoço. Quanto mais alto o pescoço mais bela é a mulher. Apesar do que se pensa, as mulheres não morrem se os anéis forem retirados (elas costumam fazer isso para se lavar), mas a musculatura do pescoço é enfraquecida.



Fonte <https://pt.wikipedia.org/>

Figura 24 – Escarificação

**Escarificação**

Em algumas tribos africanas, as escarificações, marcas feitas com cortes na pele, registram fases importantes na vida de uma mulher. Os cortes são feitos na pele e quando cicatrizam parecem uma renda. Como elas não usam roupas, as cicatrizes tem função estética e servem para deixá-las mais bonitas.

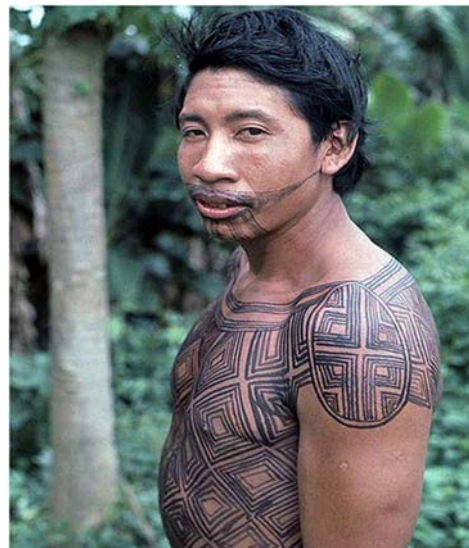
Em algumas regiões da Nigéria, as marcas são iniciadas cedo a partir dos 5 anos de idade, em partes específicas do corpo, obedecendo uma sequência. As jovens só são consideradas adultas e aptas para o casamento quando toda a sequência de desenhos estiverem completas

Fonte: CRPH/DC

Figuras 25 e 26 – Pinturas corporais

As pinturas corporais

Durante o Turé e cerimônias mais formais, os índios do Uaçá usam pinturas de urucum, de cor vermelha, especialmente na face e nos braços, que aplicam com um pincel de bambu e chumaço de algodão.



Os Palikur utilizam carimbos (*kowangbet*), esculpidos na madeira, com diferentes marcas. Os padrões gráficos dos carimbos palikur podem ser uma escama de peixe pirarucu, marcas da serpente cascavel, marcas de borboleta (*kuyuw*), pontinhos representando a marca da onça (*kawo kwire*), marca do caminho do caramujo (*warasus ahinag*) e marca da serpente kaybune.

Os Karipuna, na pintura dos braços, utilizam o suco da fruta de jenipapo, misturado com carvão, uma mistura que adere perfeitamente à pele do corpo.

As pinturas do corpo aqui representadas foram elaboradas por um jovem Karipuna que vem se dedicando à recuperação da arte gráfica. Ele diz ter aprendido a pintar com sua avó.

Figura 27 – Escavação no Sambaqui do São Bento



(a)



(b)



(c)



(d)



(e)



(f)

Fonte: CRPH/DC

Figura 28 - Material resgatado



Fonte: CRPH/DC

Figura 29 – Proteção dos esqueletos



Figura 30 – Letra da música Kirimurê

Kirimurê

Jota Velloso

Espelho virado ao céu
 Espelho do mar de mim
 Iara índia de mel
 Dos rios que correm aqui
 Rendeira da beira da terra
 Com a espuma da esperança
 Kirimurê linda varanda
 De águas salgadas mansas
 De águas salgadas mansas
 Que mergulham dentro de mim
 Meu Deus deixou de lembrança
 Na história dos sambaquis
 Na fome da minha gente
 E nos traços que eu guardo em mim
 Minha voz é flecha ardente
 Nos catimbós que vivem aqui

Eira e beira
 Onde era mata hoje é Bonfim
 De onde meu povo espreitava baleias
 É farol que desnorteia a mim
 Eira e beira
 Um caboclo não é Serafim
 Salve as folhas brasileiras
 Oh salvem as folhas pra mim
 Se me der a folha certa
 E eu cantar como aprendi
 Vou livrar a Terra inteira
 De tudo que é ruim

Eu sou o dono da terra
 Eu sou o caboclo daqui
 Eu sou o dono da terra
 Eu sou o caboclo daqui

Eu sou Tupinambá que vigia
 Eu sou o caboclo daqui
 Eu sou Tupinambá que vigia
 Eu sou o caboclo daqui

Eu sou o dono da terra
 Eu sou o caboclo daqui

Fonte: CRPH/DC

Figura 31 – Texto: Pintura Corporal: O Corpo Fala

Pintura Corporal: O Corpo Fala.

“Todas as sociedades humanas possuem padrões de cobrir, enfeitar e exibir o corpo. Padrões que, se soubermos interpretar, transmitem informações significativas sobre os indivíduos e a sociedade: seus conceitos de beleza, das relações sociais, do universo simbólico, do relacionamento interpessoal. O corpo é o primeiro alvo da socialização de qualquer coletividade, daí porque podemos encará-lo como meio para comunicar regras e modos que são definidos culturalmente.

A vestimenta possui seus equivalentes simbólicos, ou seja, a pintura corporal, os adornos, as tatuagens. Nós nos acostumamos à moda como parte da natureza humana e à nudez como a ausência de roupas, esquecendo-nos de que em sociedades como as indígenas, os indivíduos, embora não utilizem vestimentas, possuem um código corporal próprio e este, além de conter uma ética, informa sobre a posição social de cada pessoa dentro do grupo.

A relação com o grupo, o corte de cabelo, o uso de certas cores – os europeus usam o preto como sinal de luto enquanto que os chineses preferem o branco – a presença ou ausência de artefatos corporais são traços fundamentais que expressam distintas visões de mundo.

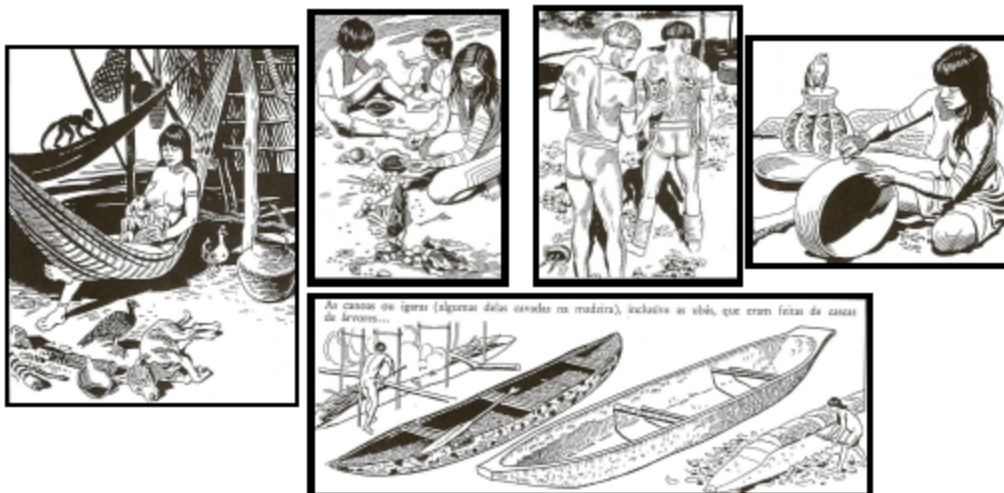
Os Suyá, por exemplo, que vivem no Alto Xingu, utilizam discos de madeira nos lábios e nas orelhas. Este costume pode parecer estranho e até excêntrico, no entanto, estes índios consideram que este traço, juntamente com o estilo peculiar de cantarem – os distingue dos grupos vizinhos. Deste modo, uma sociedade revela muito de si própria através de certas características que elege para identificar-se em relação às demais.

Em nossa sociedade, a transformação do corpo envolve desde roupas, adornos variados e cosméticos, até as práticas da ginástica modeladora e da cirurgia plástica. Os padrões estéticos que nos guiam e nos servem de referência, podem nos parecer naturais mas são, na verdade, parte do repertório simbólico que empresta sentido ao corpo e comunica nossa condição social. São, portanto, elementos culturais de grande importância para a preservação e exibição da nossa identidade: o corpo tem sua própria linguagem e a comunica.

Os critérios de avaliação definidos em cada sociedade estão associados a valores que justificam estas escolhas. As sociedades industrializadas, como a que vivemos, toma a tecnologia como referencial para o grau de desenvolvimento. A partir dessa visão, classifica outras sociedades, como as indígenas, de “primitivas”, “atrasadas” e até mesmo “pré-históricas”. No entanto, se mudarmos o critério, elegendo a capacidade de integrar o indivíduo ao grupo, o grau de conhecimento do meio ambiente, ou ainda, a capacidade de harmonizar a exploração dos recursos naturais às necessidades sociais, veremos que a avaliação será outra. Não é difícil concluir que é necessário relativizar parâmetros que parecem ser, à primeira vista, universais e absolutos.”

Figura 32 – Powerpoint

Por volta de 3 a 2 mil anos Antes do Presente o território fluminense foi ocupado pelos Tupis. Eles eram caçadores, coletores, agricultores, hábeis navegadores e guerreiros. Viviam em aldeias cercadas para garantir a defesa interna.



Fonte: CRPH/DC

Figura 33 – Powerpoint

*Tradição Tupi no litoral
Entre 3.000 e 2.000 A.P.*



Fonte: CRPH/DC

Figura 34 – Powerpoint

A aldeia Tupinambá era circular com grandes tabas, protegida por uma cerca de troncos e por fossos contendo estrepes. Cada aldeia possuía cerca de 350 moradores distribuídos entre 4 a 7 tabas, também chamadas de malocas



*Iconografia de uma aldeia
Tupinambá no Rio de
Janeiro - Hans Staden*

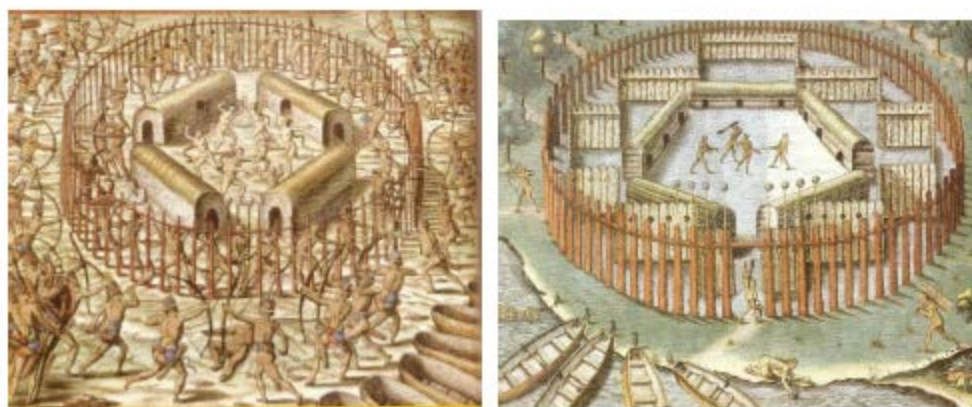
As tabas eram residências coletivas com aproximadamente 150 metros quadrados, cobertas de palhas até o chão. Possuía duas portas laterais e uma central. Em cada taba, havia cerca de 40 a 50 Tupinambás com um ancião principal. Cada família possuía 100 m² no interior da maloca. Essas famílias estavam unidas pelos laços de linhagem, ou seja, de parentesco.

METRAUX, Alfred. A Religião dos Tupinambás. SP: Brasiliense, 1979.

Fonte: CRPH/DC

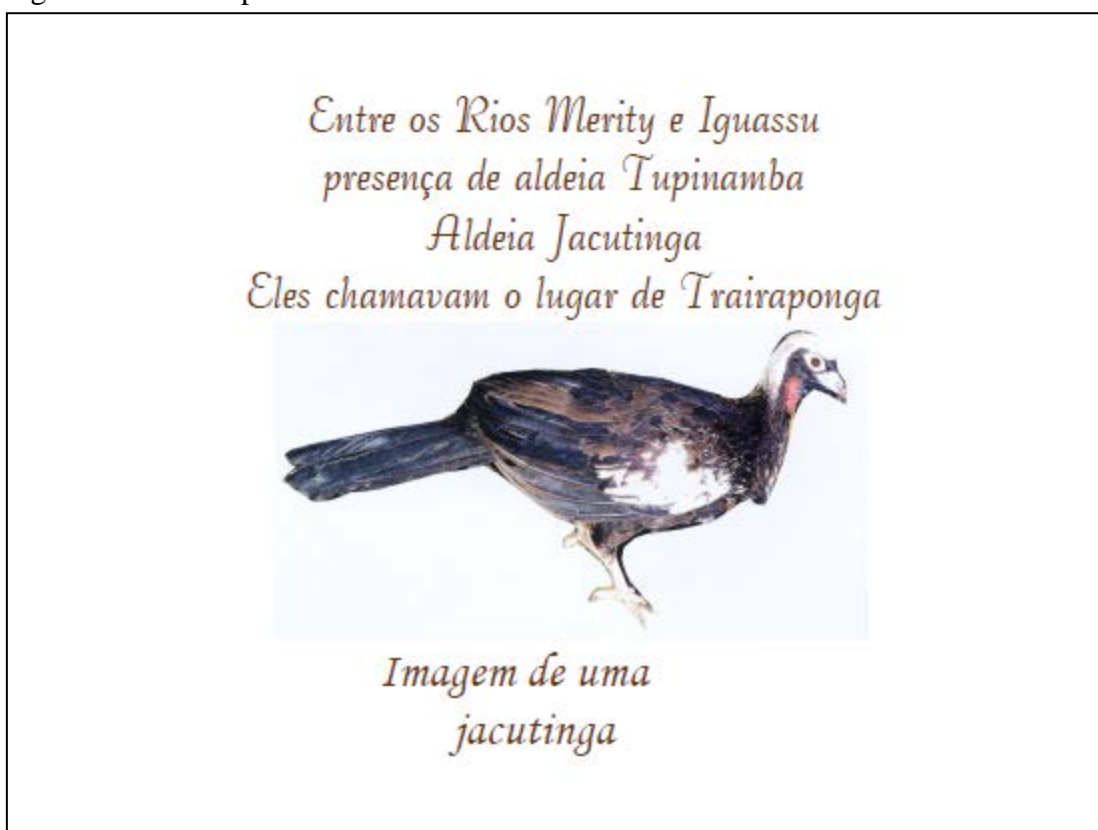
Figura 35 – Powerpoint

Representações de uma aldeia Tupinamba



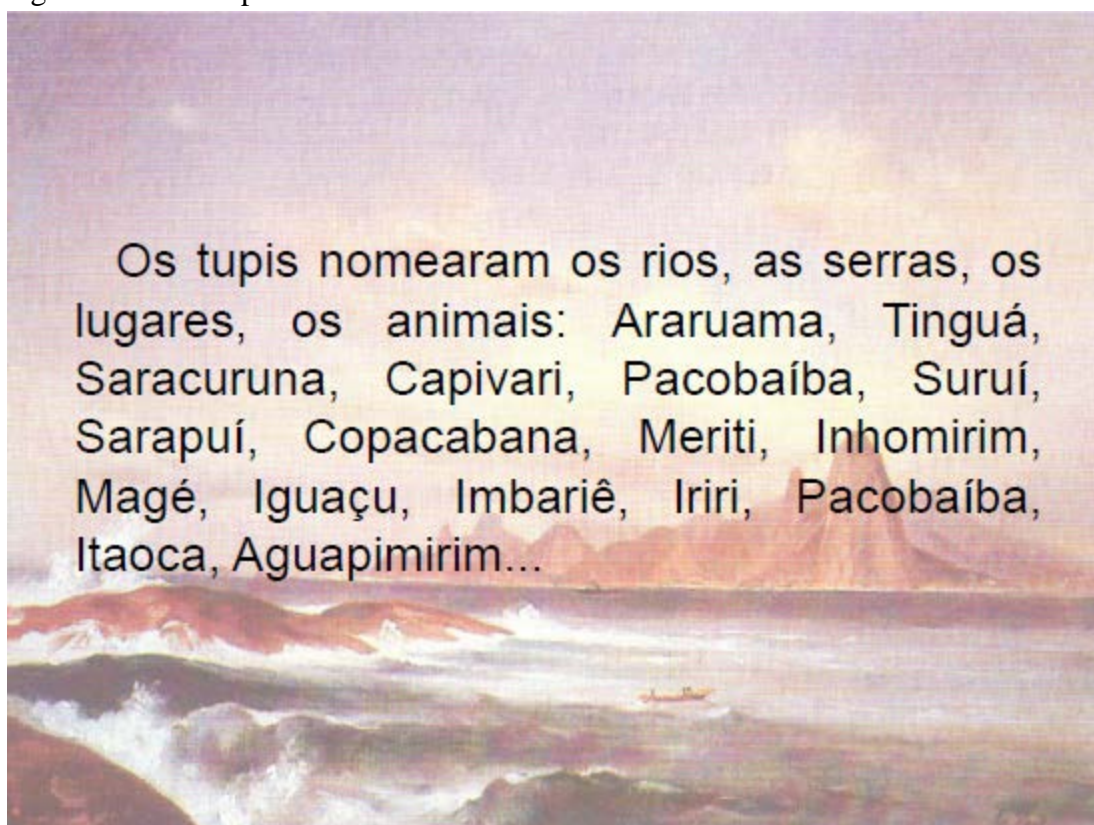
Fonte: CRPH/DC

Figura 36 – Powerpoint



Fonte: CRPH/DC

Figura 37 – Powerpoint



Fonte: CRPH/DC

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz.”
Ferreira Gullar

Como vimos no capítulo inicial, a partir da segunda metade do século XX a museologia tradicional precisou passar por transformações para atender às exigências do novo contexto social mundial, no qual as classes populares lutavam por direitos. Os princípios dessa *nova museologia* baseiam-se na luta pela defesa do patrimônio, na intervenção na realidade social, ambiental, econômica e cultural do território e no envolvimento da comunidade local nessas questões.

Considerando que o território é onde se desenrola a vivência humana, ele deve ser tomado como “um documento a ser investigado”, como disse Marlúcia de Souza em uma de nossas conversas. O território é, portanto, um lugar de memória, de referência, repleto de significados e, a partir da análise dos diferentes usos que os homens fizeram dele ao longo do tempo, pode-se explorar novas vias de interpretação da realidade e construir outros significados que ajudem a compreender melhor o presente. Esse *novo museu*, pensado em função da comunidade onde está inserido e a serviço dela, torna-se uma ferramenta de leitura crítica do percurso do homem no território.

A defesa do patrimônio é outro aspecto importante que podemos destacar no *novo museu*. E foi a luta levada a cabo por um grupo de professores, que não ficou indiferente diante da iminência de destruição de um patrimônio, o sambaqui do São Bento, que contribuiu para a criação do Museu Vivo do São Bento, um ecomuseu de percurso, o primeiro da Baixada Fluminense. O movimento provocado por esses professores fez com que outros membros da sociedade, e do poder público, também se mobilizassem em defesa do patrimônio ameaçado.

Desempenhando sua função sócio-educativa o museu tem contribuído por meio das atividades de educação patrimonial que promove, para que mais pessoas compreendam a importância de se preservar os patrimônios arqueológico, histórico, cultural e humano da Baixada Fluminense, e, principalmente, da cidade de Duque de Caxias, e lutar por sua defesa.

Quando há uma consciência patrimonial na comunidade os bens culturais são preservados, pois cada um se sente responsável por zelar por aquele patrimônio, seja ele de natureza tangível ou intangível.

Dentre as diversas atividades que o Museu Vivo do São Bento desenvolve, procurei destacar o programa de Formação Continuada de Professores por entender se tratar de uma estratégia para garantir o ensino da História local nas escolas do município e fomentar a pesquisa. Trata-se de uma experiência museal que reconhece o professor, o aluno e a escola como construtores de conhecimento. Uma das bandeiras de luta do museu é pelo direito à Memória, à História e à Pesquisa.

Outra questão que está entre as preocupações do museu são as diversas agressões ambientais vivenciadas em seu território, que faz parte de uma APA (Área de Proteção Ambiental). Existem ainda as questões relacionadas às injustiças sociais, sendo o museu um espaço de comunicação e articulação das pessoas na luta pelos direitos fundamentais do homem e de incentivo à participação popular na elaboração de políticas públicas que promovam a urbanização da localidade, garantindo a preservação patrimonial e ambiental.

As marcas das diferentes temporalidades presentes nos patrimônios espalhados pelo território do museu são um convite ao ensino de História. A oficina proposta neste trabalho busca pensar a diversidade cultural, trabalhando com vestígios deixados por diferentes grupos humanos, de temporalidades distintas, mas que habitaram o mesmo território, e estabelecer pontes com a cultura contemporânea, tendo como ponto de partida o Sambaqui do São Bento, um dos patrimônios mais visitados do percurso.

Existem inúmeras possibilidades de atividades que podem ser elaboradas tendo como referência os patrimônios locais. Aqui fiz a proposição de uma, mas algumas outras já foram desenvolvidas pela equipe de professores da APPH-Clio (Associação de Professores Pesquisadores da História) e estão reunidas em um caderno especial intitulado *Hidra de Igoassu – A Baixada Fluminense na Sala de Aula*³⁹.

A realização desta pesquisa foi uma experiência enriquecedora que muito contribuiu para minha formação profissional. Até chegar nesta etapa, muitas leituras e reflexões foram necessárias e cada uma delas foi importante na construção do conhecimento.

Encerro este trabalho pensando na Hidra, símbolo do Museu Vivo do São Bento. Embora a expressão Hidra de Iguaçu tenha sido utilizada para referir-se aos muitos quilombos que se formaram na região no período da escravidão, vejo um novo sentido para ele na

³⁹ SOUZA, M. S. de, BRAZ, A. A., BEZERRA, N. R., SILVA, C. M. da. *Hidra de Igoassu – A Baixada Fluminense na sala de aula*. Duque de Caxias / RJ : APPH-Clio, 2001.

atualidade. Assim como o ser mitológico, que tinha um corpo e várias cabeças, a sede administrativa abriga em suas dependências, além das exposições do museu, o CRPH, o CEPEMHed e o Arquivo Público Municipal, instituições distintas que têm em comum a missão de preservar e guardar, cada uma com suas especificidades, a memória e a história do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense.

Assim, a Hidra continua sendo símbolo de resistência, pois representa a luta contra o esquecimento e o silenciamento das classes mais populares através do registro de suas vivências e das pesquisas feitas. Os patrimônios de Duque de Caxias pertencem a todos e devem ser preservados para que possam ser conhecidos por outras gerações, mas também devem ser utilizados para fazer pontes que ampliem as leituras de mundo, como proposto na oficina.

A luta pelo direito à memória, à história e ao patrimônio deve ser a luta de cada um e é uma luta permanente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ALMEIDA, Tânia Maria da Silva Amaro de. *Olhares sobre uma cidade refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980)*. Duque de Caxias: ASAMIH, 2014.
- ARAÚJO, Helena Maria Marques. *Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades*. 2012. 235 f. Tese. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- BARROS, Carlos Henrique Farias. *Ensino de História, Memória e História Local*. Disponível em: <www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/junho2013/historia_artigos/barros.pdf> Acesso em: Nov 2016.
- BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2011.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: história, 1998.
- BRAZ, Antonio Augusto. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2010.
- BRULON, Bruno. A invenção do ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines e a prática da museologia experimental. *Mana*, vol. 21, n. 2, Rio de Janeiro, Aug. 2015.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. (org). *A Escrita da história: novas perspectivas*; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CAIMI, Flávia Eloísa. Cultura, memória e identidade: o ensino de história e a construção de discursos identitários. In: BERETA, Cristiane; ZAMBONE, Ernesta (Orgs.). *Ensino de história, memória e culturas*. Curitiba: CRV, 2013, p. 17-33.
- CANCLINI, Néstor Garcia. O Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 23, 1994.
- CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; _____. (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 136-167.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão devoração e adjetivação. *Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN*, 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal>> Acesso em: 14 out. 2015

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do IPHAN*, n. 34, p. 147-165, 2012.

_____. Patrimônio histórico material e imaterial e a invenção da história. In: REIS, Alcenir Soares dos; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Orgs.). *Patrimônio Imaterial em Perspectiva*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos Gonçalves. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1. ed.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

KNAUSS, Paulo. A presença dos estudantes: o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 581-597, jul/dez 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60.

LEIS MUNICIPAIS: Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br>> Acesso em 22 de junho de 2015.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, v. 17, p. 63-201, nov. 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 34, 1992, p. 9-24.

MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: entre história e memória*. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf>

MIRANDA, Sonia Regina. Cidade, Memória e Educação: conceitos para provocar sentidos no vivido. In: _____; SIMAN, Lana Mara Castro (Orgs.). *Cidade, Memória e Educação*. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 12. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013, p. 128-148.

PEIXOTO, Paulo; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Patrimônios mundiais: fragmentação e mercantilização da cultura. In: PONTES JR. Geraldo Ramos [et.al] (Orgs.). *Cultura, memória e poder: diálogos interdisciplinares*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RAMOS, Francisco Régis Lopes Ramos. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SILVA, Marisa Gonzaga e SOUZA, Marlúcia Santos de. Os professores e a construção do eco-museu no município de Duque de Caxias (RJ): um relato de experiência. In: PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal; TAVARES, Maria Tereza Goudard; ARAÚJO, Mairce da Silva (Orgs.). *Memórias e patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 149-160.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade: história política da Cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

SOUZA, M. S. de, BRAZ, A. A., BEZERRA, N. R., SILVA, C. M. da. *Hidra de Igoassu – A Baixada Fluminense na sala de aula*. Duque de Caxias / RJ : APPH-CLIO, 2001.

TENREIRO, André (Org.). *Duque de Caxias: a Geografia de um espaço desigual*. Nova Iguaçu, RJ: Ed. Entorno, 2015.

VARINE-BOHAN, Hugues. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos e BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Orgs.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, p. 17-19, 1995.

VIANA, Uhelinton Fonseca. *A Educação com o patrimônio e a Educação como patrimônio: uma política na formação de professores*. 2016. 447 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.